MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO CEARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Fortaleza/CE, 28/03/2013

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO CEARÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº *63/2010*, da Decisão 119/2012, da Decisão Normativa TCU nº 124/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).
.

Fortaleza/CE, 28/03/2013

‘SUMÁRIO

SEÇÃO I – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE 7
1 – INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO 7
SEÇÃO II - INTRODUÇÃO 21
SEÇÃO III - DESENVOLVIMENTO 23
2 – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES..... 23
3 – ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO 44
4- PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRA.....48
5 – TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....52
6 – GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS..... 55
7 – GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO 64
8 – GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL..... 68
9– CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS 71
10-INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....74
11 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO 77
Seção IV - CONCLUSÕES 85
ANEXO I - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS SETORES E DELEGACIAS..... 86

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal
IN – Instrução Normativa
IPL – Inquérito Policial
LOA – Lei Orçamentária Anual
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PIB – Produto Interno Bruto
Port. – Portaria
PPA – Plano Plurianual
SR – Superintendência Regional
RG – Relatório de Gestão
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UO – Unidade Orçamentária

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Título **Página**

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ -RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 7
Quadro A.1.2 – Identificação Macroprocessos SR/DPF/CE..... 11
Quadro A.1.3 – Identificação Macroprocessos NIP.....13
Quadro A.1.4 – Identificação Macroprocessos COR..... 14
Quadro A.1.5 – Identificação Macroprocessos DREX..... 14
Quadro A.1.6 – Identificação Macroprocessos DRCOR 16
Quadro A.1.7 – Identificação Macroprocessos SETEC.....17
Quadro A.1.8 – Identificação Macroprocessos Setor de Recursos Humanos 18
Quadro A.1.9 – Identificação Macroprocessos NTI 18
Quadro A.1.10 – Identificação Macroprocessos SELOG 19
Quadro A.1.11 – Principais Parceiros 20
Quadro A.2.1 – Metas da Unidade Exercício 2012 23
Quadro A.2.2 – Resultado Metas da Unidade Exercício 2012 34
Quadro A.2.3 – Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Unidade Jurisdicionada 42
Quadro A.2.4 - Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de Inquéritos Policiais na Unidade Jurisdicionada.....43
Quadro A.3.1 – Estrutura de controles internos da UJ.....44
Quadro A.4.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....48
Quadro A.4.2 - Despesas por Modalidade de Contratação Créditos de Movimentação..... 49
Quadro A.4.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos de movimentação.....50
Quadro A.5.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....52
Quadro A.5.2 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF) 53
Quadro A.5.3 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador 53
Quadro A.5.4 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) 54
Quadro A.5.5 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) 54
Quadro A.6.1 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....55
Quadro A.6.2 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação apurada em 31/12 56
Quadro A.6.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12 57

Quadro A.6.4 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....58
Quadro A.6.5- Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro 59
Quadro A.6.6 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12....59
Quadro A.6.7 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....61
Quadro A.6.8 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra.....62
Quadro A.6.9 - Composição do Quadro de Estagiários 63
Quadro A.7.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....65
Quadro A.7.2 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade da Superintendência Regional da Polícia Federal no Ceará 66
Quadro A.7.3 – Outros Imóveis de funcionamento da Unidade 67
Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....68
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....70
Quadro A.9.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....71
Quadro A.9.2 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV.....72
Quadro A.10.1 – Declaração do Contador 76
Quadro A.11.1 - Quadro Perícia 78
Quadro A.11.2 - Quadros Papiloscopia.....80
Quadro A.11.3 – Quadros Imigração e Passaporte.....80
Quadro A.11.4 – Quadro Comissão de Vistoria de Segurança Privada.....81
Quadro A.11.5 – Quadro Controle de Armas de Fogo 82
Quadro A.11.6 – Quadro Controle de Produtos Químicos 83
Quadro A.11.7 – Quadro Operações Delegacia de Juazeiro do Norte/CE 83
Quadro A.11.8 – Quadro Apreensões Delegacia de Juazeiro do Norte/CE 84

SEÇÃO I – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

1 – Informações Gerais de Identificação

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Consolidado

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ -RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			**Código SIORG**: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Ceará -Tesouro			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Ceará			
Código SIORG: 1142	**Código LOA:** Não se aplica		**Código SIAFI: 200392**
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			**Código CNAE:** 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(85) 3392-4900.	(85) 3392-4998	(85) 3392-4972
Endereço eletrônico: gab.srce@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Laudelino Coelho, nº 55, Bairro de Fátima, Fortaleza/CE			

Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidada				
Nome	**CNPJ**	**Código SIAFI**	**Situação**	**Código SIORG**
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Ceará - Funapol	00.394.494/0023-41	200393	Ativa	Não se aplica

Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. –Criada como Sub-Delegacia Regional pela Port. 161, de 14/04/65, BS. 073, de 20/04/65. –Transformada em Delegacia Regional pelo Dec. Lei 908, de 01/10/69, DOU. 189, de 02/10/69. –Transformada em Superintendência Regional pelo Dec. 70.665/72, DOU. 104/72 **FUNAPOL**: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.

Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas

- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007.

- Portaria nº 2.877/MJ, de 30/12/2011, que aprova o Regimento Interno do DPF.

- Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005, define as competências específicas das unidades centrais e descentralizadas do Departamento de Polícia federal e as atribuições de seus dirigentes -alterada pela IN Nº 17/08-DG/DPF; -alterada pela IN Nº 39/2010-DG/DPF.

- Portaria nº 941/2010-DG/DPF, de 25/02/2010, que define as circunscrições oficiais das Superintendências Regionais e das Delegacias de Polícia Federal Descentralizadas.

- Criação de DAS Decreto nº 70.665 de 02/06/72, DOU 104, de 06/06/72

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

Publicação da Carta de Serviços ao Servidor, disponível em meio eletrônico (intranet.dpf.gov.br/srrs), a partir do dia 16 de novembro de 2011, aniversário da Polícia Federal. O referido instrumento foi publicado a fim de promover a divulgação dos serviços mais relevantes prestados ao público interno pela área de recursos humanos da PF, bem como proporcionar conhecimento dos demais serviços e processos disponíveis dentro do órgão que são de interesse do servidor. A iniciativa facilitará o acesso do usuário e aumentará a transparência na prestação dos serviços. A Carta de Serviços ao Servidor é uma ferramenta de gestão fornecida no âmbito do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública.

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas

Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	**Nome**
200392	Superintendência Regional do DPF no Estado do Ceará - Tesouro
200393	Superintendência Regional do DPF no Estado do Ceará - Funapol

Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	**Nome**
00001	Tesouro Nacional

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
200392	00001
200393	00001

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional no Estado do Ceará

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *"apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União." (art. 144, Parágrafo* §1º, inciso I, Constituição Federal).

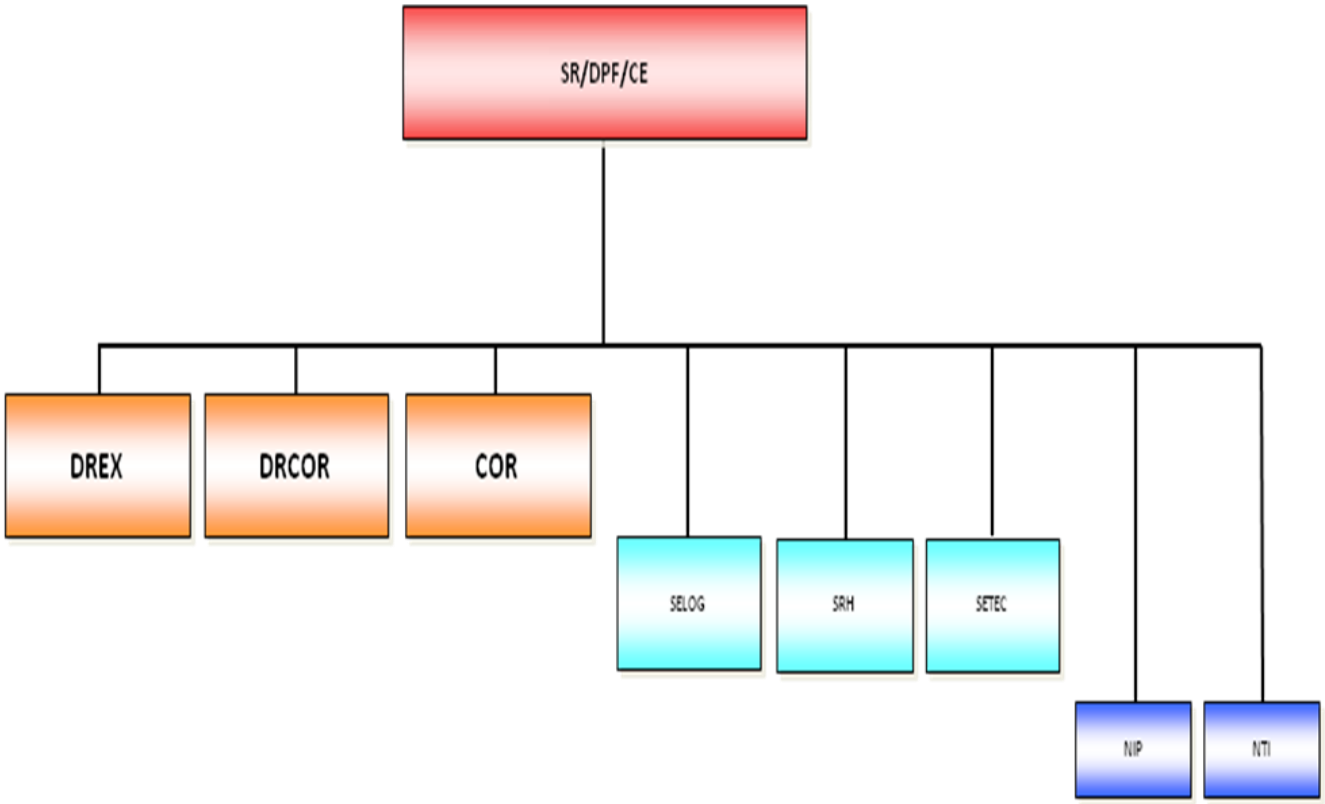
Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência Regional no Estado do Ceará exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição.

1.3 **Organograma Funcional**

ORGANOGRAMA



I - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL
NO CEARÁ - SR/DPF/CE:
a) Núcleo de Inteligência Policial - NIP;
b) Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI;
c) Setor de Recursos Humanos - SRH;
d) Setor Técnico-Científico - SETEC;
e) Setor de Administração e Logística Policial - SELOG:
f) Delegacia Regional Executiva - DREX:
g) Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado - DRCOR:
h) Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR:

1.4 Macroprocessos finalísticos

As atividades referente aos Macroprocessos estão mais detalhadas no Anexo I referente as Atividades Desenvolvidas pelas Delegacias e Setores

Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Ceará

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas a atuação da Polícia Federal (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

Quadro A.1.2 – Identificação Macroprocessos SR/DPF/CE

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS[1]	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	Forma que a UJ conduziu o Macroprocesso durante o exercício de 2012
Comunicação Institucional	Gestão dos meios de comunicação institucionais destinados a oferecer subsídios e informações que contribuam para construir e manter uma imagem uniforme e positiva da organização, além de fomentar a comunicação entre os diversos segmentos internos, para garantir a disseminação das informações e do conhecimento, mantendo a coesão do corpo funcional em torno dos objetivos institucionais.	A Comunicação Social desta Regional, no que diz respeito à divulgação afetas à Polícia Federal, expediu e divulgou diversas notas e r*eleases* dirigidos aos meios de comunicação de abrangência local, regional e nacional, dentre as quais destacaram-se: Polícia Federal apreende cerca de meia tonelada de maconha; Assinatura do contrato da reforma da Sede da Polícia Federal no Estado do Ceará; Polícia Federal apreende mais de 100kg de cocaína em Fortaleza; Polícia Federal apreende 40 kg de maconha em Fortaleza; Romeno é preso com cocaína no aeroporto de Fortaleza; Polícia Federal prende quatro homens suspeitos de clonar cartões em Fortaleza; Mulher é presa por tentar fraudar a Caixa Econômica Federal; Polícia Federal apreende 70kg de Maconha; Operação Falácia no combate a crimes financeiros; Polícia Federal apreende Cocaína em Aeroporto; Polícia Federal prende homem com 11kg de cocaína; Polícia Federal apreende maconha em Fortaleza; Polícia Federal prende dois estrangeiros com 236 fósseis no Ceará; Quatro pessoas são presas com mais de 200kg de maconha; Polícia apreende 20kg de cocaína em Fortaleza; Polícia Federal no Ceará realiza Curso de Interdição em Aeroportos; Polícia Federal apreende mais de 44kg de cocaína; Polícia Federal prende quadrilha especializada em furtos a

[1] Fonte: Arquitetura de Processos da Polícia Federal

		caixas eletrônicos; Três pessoas presas com mais de 25kg de cocaína em Fortaleza; Polícia Federal deflagra Operação Minotauro contra tráfico ode entorpecentes; Balanço da Operação Minotauro; Polícia Federal incinera mais de 2,4 toneladas de drogas no Ceará; Polícia Federal apreende ecstasy e haxixe no aeroporto de Fortaleza; Cinco presos com mais de 20kg de cocaína; PF desarticula quadrilha especializada em assalto a bancos no Ceará; Operação Transparência prende 11 pessoas por fraude eleitoral; Operação Carius: PF investiga políticos envolvidos em tráfico de drogas; PF deflagra Operação Trairi Limpo 3 para combater crime eleitoral no Ceará; Franceses presos em Fortaleza com cocaína.
Correição e Controles Internos	Garantir a integridade dos registros contábeis e financeiros e a conformidade com as leis, os regulamentos e os normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação, em especial dos procedimentos relacionados às atribuições institucionais de Polícia Judiciária.	Realizada a conformidade de gestão e contábil por servidores designados para tal de acordo com a IN nº 06 de 31 de outubro de 2007.
Gestão de Parcerias e Convênios	Conjunto de processos destinados à prospecção, à formalização e ao controle dos acordos e convênios destinados à troca de informações, ao compartilhamento de recursos e à cooperação técnica, entre outros, firmados pela Instituição com outros órgãos ou entidades, nas esferas nacional e internacional.	A Superintendência mantém Acordo de Cooperação Técnica nº 11/2011 com a Universidade Federal do Ceará que tem como objeto a excução de ações e atividades de prevenção aos agravos, promoção e acompanhamento da saúde dos servidores, perícia oficial e assistência, com vistas a garantir a implementação da política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal. Em 2012 mantivemos contatos com a Câmara de dirigentes lojistas de Fortaleza-CDL para no inicio de 2013 fosse celebrado Termo de Cooperação nº 01/2013 que tem como objeto a mútua colaboração entre as partes para dar proteção aos cidadãos e ao comércio em geral contra os crimes de clonagem de caretão e as fraudes através da internet que afetem às instituições protegidas pela jurisdição federal.
Gestão do Conhecimento	Conjunto de processos sistematizados, articulados e intencionais, capazes de incrementar a habilidade dos gestores e servidores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos que podem servir para a tomada de decisões, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo	Realizada capacitação de 87 servidores em diversos cursos conforme discriminado no Anexo I.

Gestão Organizacional e Estratégica	Conjunto de processos que visa ao planejamento, à organização, à implantação, à avaliação e ao controle do desempenho da organização, buscando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.	Realizado o Plano de Metas 2012 e acompanhamento das atividades desenvolvidas pela UJ durante o exercício visando a eficiência e a constante melhoria dos processos de trabalho, a eficácia das ações operacionais e administrativas, o aumento da produtividade e o desempenho qualitativo dos serviços.

Núcleo de Inteligência Policial: NIP

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

Quadro A.1.3 – Identificação Macroprocessos NIP

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	Forma que a UJ conduziu o Macroprocesso durante o exercício de 2012
Inteligência Policial	Conjunto de processos relativo à atividade de produção e proteção de conhecimentos, exercida pela Polícia Federal, por meio do uso de metodologia própria e de técnicas acessórias, com a finalidade de apoiar o processo decisório do órgão, quando atuando no nível de assessoramento, ou ainda, de subsidiar a produção de provas penais, quando for necessário o emprego de suas técnicas e metodologias próprias, atuando, neste caso, no nível operacional	O Núcleo de Inteligência Policial-NIP em 2012 realizou investigações policiais relativas ao Inquérito Policial nº 1281 iniciado em outubro de 2011. Atendendo demanda do Ministério Público Federal foi desencadeado este procedimento com vistas a apurar a autoria e a materialidade do delito previsto no Art. 171 do CP, uma vez que teria ocorrido vazamento de questões da prova do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, por instituição de ensino particular desta Capital.O apuratório foi devidamente relatado sendo instruído no seu escopo com mais de 50 Mandados de Intimação Entre outras inúmeras atribuições, inerentes as atividades de Inteligência Policial foram desencadeadas Investigações Sociais de 31 candidatos aprovados em concurso público para o DPF, em conformidade com a demanda da Academia Nacional de Polícia.

Corregedoria Regional da Polícia Federal COR

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Distribuir expedientes com vistas à instauração de inquérito policial, planejar e executar o Plano de Correições, decidir sobre conflitos de competência, determinar a instauração de sindicância para apurar irregularidades ou infrações cometidas por servidores lotados na Superintendência ou em suas unidades subordinadas descentralizadas, dentre outras atribuições específicas (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

Quadro A.1.4 – Identificação Macroprocessos COR

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	Forma que a UJ conduziu o Macroprocesso durante o exercício de 2012
Correição e Controles Internos	Consiste no conjunto de processos destinados à inspeções nas Atividades de Polícia Judiciária; sindicância patrimonial; processo administrativo disciplinar (PAD); sindicância acusatória / punitiva; sindicância investigativa; apuração de desvios de conduta e violação do dever de cuidado de bens; correições em procedimentos disciplinares; correições das atividades de polícia judiciária (Ordinárias e Extraordinárias); correições parciais de inquéritos policiais; produção de informações gerenciais na área de polícia judiciária	- Foram instaurados: 16 Sindicância Investigativa, 01 Sindicância e 02 Processos Disciplinares. - Em Andamento: 4 Sindicância Investigativas e 01 Procedimento disciplinar. - Procedimentos Encerrados: 15 Sindicancias Investigativas e 06 Processos Disciplinares. - Resultados dos procedimentos encerrados: 03 Suspensões e 13 Absolvições. - Expedientes de natureza disciplinar: 04 aguardando diligência e 07 remetidos às corregedorias regionais.

Delegacia Regional Executiva –DREX

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

Quadro A.1.5 – Identificação Macroprocessos DREX

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	Forma que a UJ conduziu o Macroprocesso durante o exercício de 2012
Controle da Segurança Privada	Consiste num conjunto de processos destinados a autorização para aquisição de armas, munições, petrechos e coletes balísticos; cancelamento de atividade e de autorização de funcionamento; encerramento de atividade clandestina de segurança privada; credenciamento de instrutor para escola de formação de vigilante; emissão do certificado de vistoria de carro-forte; aprovação do plano de segurança bancária; emissão de guia de transporte de armas, munições, explosivos e petrechos de recarga; emissão do registro de certificado de formação de vigilante; expedição da autorização de funcionamento e alteração de atos constitutivos; emissão da Carteira Nacional de Vigilante – CNV; processo punitivo em desfavor de empresas de segurança privada e instituição financeira; credenciamento de instrutores que atuam na iniciativa privada Sob o controle da CONAT; recebimento de armas de fogo; credenciamento de psicólogos, instrutores de tiro e armeiros; autorização para emissão de porte de arma de fogo para guarda municipal; autorização para	Foram realizadas: - 06 autorizações de empresas novas de segurança; - 75 autorizações de compra de armas, munições e material de recarga; - 46 vistorias das instalações de empresas de segurança privada ou de segurança orgânica (Certificado de segurança); - 45 autorização para compra de coletes; - 4.354 requerimentos para expedição de carteira de vigilante; - 8.360 reciclagem/extensão de vigilantes; - 6.004 registro de certificado de formação de vigilantes; - 514 Autorização para transporte de armas e munição; - 103 Solicitação de vistoria de veículos de transporte de valores; - 113 Solicitação de renovação do certificado de vistoria de transporte de valores - 479 Fiscalização de estabelecimento financeiro por

	trânsito de arma de fogo; autorização do porte de arma de fogo para segurança de dignitários estrangeiros; autorização do porte de arma de fogo de uso permitido; registro de arma de fogo; autorização para aquisição de armas de fogo de uso permitido; controle de importação e exportação de produtos químicos; cadastro e licenciamento de empresas de produtos químicos; instauração e condução de Processo Administrativo de Infração (PAI); fiscalização de empresas de produtos químicos.	agência/posto Total Arrecadado com as atividade de Controle da Segurança Privada = R$ 1.029.433,93
Controle de Armas de Fogo	Consiste no conjunto de processos destinados à regulação e à fiscalização do registro, da posse e da comercialização de armas de fogo e munições, incluindo a gestão do Sistema Nacional de Armas de Fogo (SINARM) e o controle de instrutores de tiro e dos profissionais habilitados para a realização de avaliações psicológicas para emissão dos documentos autorizativos para aquisição e para registro e porte de armas no País.	Foram realizadas: - 400 Analise de processos de autorização para aquisição/transferência de arma de fogo; - 3.551 Emissão de certificados de Registro de arma de fogo; - 215 Armas recolhidas na campanha Nacional de Desarmamento - 355 Inclusões de armas de fogo apreendidas; - 114 Armas recolhidas ao Exército
Controle Migratório	Consiste no conjunto de processo que visa ao estabelecimento e à implantação de critérios e regras para o ingresso e para a saída de nacionais e estrangeiros do território brasileiro, bem como a expedição e o controle de documentos de viagem de cidadãos brasileiros. Contempla a permanente atualização do cadastro dos estrangeiros residentes no País e a execução dos procedimentos para a emissão da Carteira de Estrangeiro, documento que garante a legalidade da permanência dos estrangeiros no País.	Foram realizadas: - 1956 Registro de estrangeiros; - 1505 Estrangeiros autuado; - 796 multas recolhidas Pessoa Física; - 6 multas recolhidas Pessoa Jurídica; -96 Reapatriação Efetivada - 23 Deportação Efetivada - 03 Extradição efetivada - 1.227 Prorrogação turista/temporário - 74.604 Entrada de Estrangeiro - 40.799 Entrada de Brasileiro - 59.233 Saída de estrangeiro - 43162 Saída de brasileiro TOTAL ARRECADADO COM ATIVIDADES DE CONTROLE MIGRATÓRIO = R$ **7.200.613,6**
Controle de Precursores Químicos	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle e à fiscalização dos produtos químicos e das substâncias a que se refere a Lei 10.357, 27/12/2001, sendo executado mediante o cadastramento e fiscalização das empresas que exerçam ou venham a exercer quaisquer das atividades elencadas nessa lei, por meio da expedição dos certificados e autorizações pertinentes.	- 82 Processos para emissão de Certificado de Registro Cadastral de Produtos Químicos; - 213 Processos para emissão de Certificado de Licença de Funcionamento de Produtos Químicos;- 96 Inspeções Prévias Para Emissão de Certificado de Registro Cadastral de Produtos Químicos.

Identificação Civil	Consiste no conjunto de processos destinados à individualização das pessoas por meio de suas impressões datiloscópicas, consistindo nas etapas de coleta, análise e armazenamento, possibilitando a emissão de inúmeros documentos de identificação, a exemplo da Carteira de Identidade de Estrangeiro, Passaporte Nacional, Carteira de Vigilante, Carteira Funcional de Servidores da Polícia Federal e Registro de Identidade Civil.	Foram realizados: - 34.553 emissão de passaporte - 3.050 expedição de carteira estrangeiros - 4.354 requerimentos para expedição de carteira de vigilante
Segurança de Pessoas	Consiste no conjunto de processos que tem por objetivo resguardar a integridade física de pessoas, em especial as autoridades nacionais e internacionais (dignitários) e as testemunhas em processos judiciais ou em investigações criminais de competência federal.	Foram realizadas 11 segurança de autoridades e apoio ao TRE na realização das eleições 2012
Segurança de Portos e Aeroportos	Consiste no conjunto de processos que visam ao planejamento e ao controle da segurança aeroportuária e portuária, bem como no policiamento marítimo e fluvial executado pelas Unidades Descentralizadas.	Foram registradas: - 1.209 Aeronaves entrada e saída; - 1.186 Embarcações fiscalizadas; - 53 Iates e veleiros entrada e saída;
Proteção à Vida e aos Direitos Humanos	Consiste no conjunto de processos destinado à proteção à vida e ao direitos humanos, em especial nos casos de proteção ao réu colaborador preso, proteção de pessoas que aguardam acolhimento no Programa Nacional de Proteção à testemunhas (PNPT), bem como à fiscalização de adoção internacional de crianças.	Embora não tenha havido em Fortaleza/CE ações de proteção a testemunha, esta Descentralizada contribuiu com seus policiais em missão em outras Unidades. Em parceria com outros órgãos do Governo Estadual/Municipal e realização de reuniões visando intensificar o combate ao crime contra os direitos humanos.

Delegacia Regional de Repressão e Combate ao Crime Organizado - DRCOR

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

Quadro A.1.6 – Identificação Macroprocessos DRCOR

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	Forma que a UJ conduziu o Macroprocesso durante o exercício de 2012
Investigação Criminal	Consiste no conjunto de processos que visa à apuração das infrações penais e respectiva autoria, incluindo aquelas a cujo teor deva ser dado tratamento sigiloso, sendo formalizado por meio de instrumentos como inquérito policial e termo circunstanciado, que configuram a exteriorização da investigação criminal. Inclui as operações policiais necessárias à obtenção do conjunto probatório necessário à conclusão da investigação.	Trâmite de IPL's na Regional – 3.538 IPL's Instaurados na Regional – 1.450 IPL'S Relatados na Regional – 1.072 Relação de IPL's Relatados/Instaurados na Regional – 73,93%

Identificação criminal	Consiste no conjunto de processos relacionados ao registro, à guarda, à recuperação e ao fornecimento, quando solicitado, de todos os dados e informações necessários para estabelecer a identidade de acusados da prática de infrações criminais.	Foram realizadas: - 192 Identificação Criminais com foto; - 1.570 Identificação de estrangeiros; - 6.760 Pesquisas criminais no SINIC(Sistema Nacional de Informações Criminais); -1.750 Pesquisas criminais no AFIS (Sistema Automatico de Identificação de Digitais)

Setor Técnico Científico - SETEC
COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

Quadro A.1.7 – Identificação Macroprocessos SETEC

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	Forma que a UJ conduziu o Macroprocesso durante o exercício de 2012
Criminalística	Consistem no conjunto de processos de descoberta, análise, coleta e exame pericial de vestígios criminais, indispensáveis para elucidação de crimes. Seus objetivos são a elucidação da dinâmica, a explicação da prova material dos delitos e a identificação de seus autores e vítimas. A criminalística se utiliza de conhecimentos científicos e aplica diferentes procedimentos e técnicas para reprodução dos fatos sob investigação criminal, sendo as disciplinas em que se baseia denominadas Ciências Forenses. O desenvolvimento das atividades dos Peritos Criminais Federais resulta em Laudos Periciais Criminais, requisitados pela Polícia Federal, Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, fornecendo elementos técnicos probatórios à investigação policial e ao processo criminal.	Foram realizadas: 39 Perícias Contábeis e Financeiras; 44 Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais; 23 Perícias de Engenharia; 199 Perícias de Informática; 34 Perícias de Local; 21 Perícia de Medicin a e Odontologia Forense; 18 Perícias de Meio Ambiente; 258 Perícias de Química Forense; 29 Perícias de Registros de Áudio e Imagens; 43 Perícias de Veículos; 109 Perícias Documentoscópicas; 21 Perícias Eletroeletrônicas; 49 Perícias Merceológicas.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Setor de Recursos Humanos
COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

Quadro A.1.8 – Identificação Macroprocessos Setor de Recursos Humanos

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	Forma que a UJ conduziu o Macroprocesso durante o exercício de 2012
Gestão de Pessoas	Gerenciamento e desenvolvimento das pessoas selecionadas e contratadas, incluindo seu acompanhamento em termos de desempenho.	Realizado de forma satisfatória, dentro dos ditames legais.

Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI
COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

Quadro A.1.9 – Identificação Macroprocessos NTI

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	Forma que a UJ conduziu o Macroprocesso durante o exercício de 2012
Gestão de Tecnologia da Informação	Consiste no conjunto de processos que visa à disponibilidade, à operacionalidade e à adequabilidade dos recursos tecnológicos da organização. Inclui o projeto, o desenho, o desenvolvimento, a homologação e a manutenção dos sistemas computacionais, possibilitando o atendimento das necessidades decorrentes da execução dos processos finalísticos, de gestão e de suporte da Instituição.	No decorrer do ano de 2012 foram atendidos aproximadamente 824 chamados visando a manutenção dos serviços de serviços de Informática e Telecomunicação. Destaque que durante o ano de 2012 foi instalado o sistema SIGEPOL que compreende: o fluxo de documentos, livros de plantão, escalas, Ordens de Missão, Ordens de Serviço Administrativa e Portarias. Também destaque para a contratação de serviço terceirizado em manutenção em informática, efetivada pela contratação da empresa LANLINK INFORMÁTICA LTDA.(Contrato nº 05/2013-SR/DPF/CE) Implantado o sistema de atendimento de estrangeiro e passaporte para facilitar o atendimento ao público.

Serviço de Administração e Logística Policial - SELOG

COMPETÊNCIA/ATRIBUIÇÃO: Planejar, coordenar, controlar e executar as atividades, ações e operações correlatas à sua área de atuação. (maiores desdobramentos: ver Instrução Normativa nº 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005)

Quadro A.1.10 – Identificação Macroprocessos SELOG

IDENTIFICAÇÃO DOS MACROPROCESSOS	PRINCIPAIS PRODUTOS/DESCRIÇÃO	Forma que a UJ conduziu o Macroprocesso durante o exercício de 2012
Gestão de Obras e Edificações	Consiste no conjunto de processos destinado à elaboração de projetos de construção, reforma ou ampliação de edificações onde estão ou serão instaladas as diversas unidades funcionais da Organização e ao acompanhamento da execução desses projetos. A partir da sua entrega, os imóveis devem objeto de manutenção permanente com a finalidade de assegurar a sua capacidade de suportar fisicamente a execução das atividades inerentes às das diversas unidades organizacionais.	A Superintendência Regional da Polícia Federal no Ceará, para dar melhores condições de trabalho aos servidores melhorando as instalações de suas edificações, realizou dois procedimentos licitatórios : Um para a Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE, com a construção de salas, banheiro, guarita de segurança, cobertura de estacionamento, e outro para o seu Ed.Sede com a reforma das instalações hidrosanitárias, elétrica, CFTV e adequação e melhoramento de espaços físicos. A obra da DPF/JNE/CE foi concluída em 2012 com êxito enquanto a segunda está paralisada em razão de pedido de recuperação da empresa contratada. Será realizado novo procedimento licitatório para a sua conclusão.
Logística	Consiste no conjunto de processos destinado ao provimento de recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades da Instituição, administrando os recursos, em especial os materiais, gerenciando desde a compra e entrada de materiais, o armazenamento, o transporte e a distribuição dos produtos, monitorando as operações e gerenciando informações.	A aquisição de materiais de consumo, permanentes e contratação de serviços dependem da cota orçamentária destinada a esta Descentralizada para atender as suas demandas. Tanto o material permanente adquirido com os recursos desta Descentralizada quanto os adquiridos pelo Órgão Central são lançados no Sistema e-Log que é interligado ao Sistema SIAFI. A requisição de material é feita via Sistema e-Log, sendo a sua liberação autorizada pela chefia imediata, ocorrendo desta forma um controle e monitoramento. As saídas e entradas são lançadas no sistema que controla o saldo contábil do material. Informações para instruir novas aquisições podem ser obtidas pelo referido sistema.
Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Consiste no conjunto de processos destinado ao controle patrimonial da Instituição, seus fenômenos e variações, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, registrando os fatos e atos de natureza econômico-financeira que o afetam e estudando suas conseqüências na dinâmica organizacional. Cuida do planejamento da execução físico-financeira, contemplando a previsão das receitas, a fixação das despesas e a obtenção e gestão dos recursos financeiros destinados ao atendimento das necessidades decorrentes do exercício das atribuições da Organização.	Recebemos do órgão Central a cota orçamentária da Unidade definida por meio de portaria cabendo ao ordenador de despesa destiná-la e adequá-la as demandas. O controle da cota orçamentária é feito durante todo o exercício pelo gestor financeiro e ordenador de despesa para que a execução da despesa não ultrapasse o valor da cota disponível O controle patrimonial da Instituição é feito através do sistema e-Log.

1.6 Principais parceiros

Quadro A.1.11 –Principais Parceiros

Entidade/Órgão Parceiro	Forma de Colaboração
Universidade Federal do Ceará	Atividades de prevenção aos agravos, promoção e acompanhamento da saúde dos servidores, perícia oficial e assistência, com vista a garantir a implementação da política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal.
Controladoria Geral da União	Realização de fiscalizações e produção de relatórios direcionados a investigações específicas, bem como compartilhamento das investigações em andamento, tudo com autorização judicial.
Escritório de Pesquisa e Investigação na Receita Federal da 3º Região - ESPEI03	Produção de relatórios e compartilhamento de informações referentes a investigações específicas, mediante autorização judicial.
SPU, IBAMA, SEMACE	PARTICIPAÇÃO DOS SEUS FUNCIONÁRIOS. INFORMAÇÃO junto a DELEMAPH
Ministério Público Federal	Parceria nas investigações sensíveis, no sentido de agilizar suas manifestações de modo a não prejudicar o andamento dos trabalhos, bem como através de reuniões visando estabelecer uniformidade na linha investigativa.

SEÇÃO II - INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional e patrimonial da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Ceará no ano de 2012, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 119/2012, da Decisão Normativa TCU nº 124/2012, da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno(Portaria CGU-PR nº 133/2013).

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo nº II, DN TCU nº 119/2012, ou seja, Informações Gerais de Identificação, Planejamento estratégico, plano de metas e de ações, Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão, Programação e execução da despesa orçamentário e financeira, Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira, Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados, Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário, Gestão do Uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental, conformidade e tratamento de disposições legais e normativas, informações contábeis, outras informações sobre a gestão. Incluindo o sub-item 9.3 Providências adotadas para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório em atendimento ao item 9.1.3 do Acórdão 1.449/12 – TCU Plenário.

Os itens referentes a remuneração paga a administradores, informações sobre programas do PPA de responsabilidade da UJ, reconhecimento de passivos, transferência de recursos, renúncias tributárias sob a gestão da UJ, gestão de precatórios, Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação (TI), deliberações do TCU e do OCI atendidas no exercício, informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna, Demonstrações contábeis e notas explicativas previstas na lei nº 4.320/64, demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 6.404/76, composição acionária das empresas estatais e parecer da auditoria independente não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

As informações dos quadros A.6.1 do sub item 6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada e A6.4 do sub item 6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade são resguardadas por sigilo, conforme disposto no Termo de Classificação de Informações do DPF e Instrução Normativa nº 69, de 14/12/2012, publicada no BS nº 242, ficando à disposição dos órgãos de controle mediante formalização de entrega das mesmas.

As informações dos quadros A.6.8, A 6.9, A 6.10, A 6.11, A 6.12 e A 6.13 serão consolidadas no Relatório de Gestão do órgão central, de modo que não serão apresentadas essas informações nesse Relatório de Gestão.

As informações do quadro A.6.14 Informações sobre Terceirização de cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão não se aplicam ao DPF.

Em relação aos quadros A 6.15 e A 6.16 não houve, no exercício de 2012, autorização para realização de concurso público ou provimento adicional para substituição de funcionários terceirizados no âmbito deste Departamento.

As informações constantes das alíneas c) e g) do item 07 Gestão de Frota de veículos próprios e contratos de terceirizados não serão informadas nesse Relatórios de Gestão, por estarem resguardadas por sigilo, conforme o disposto no Termo de Classificação de Informação do DPF e Instrução Normativa 69, de 14/12/2012, publicada no BS 242. Entretanto, estarão à disposição dos órgãos de controle mediante formalização de entrega das mesmas.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Ceará está estruturada em três (03) Unidades Operacionais, composta pela Sede da Superintendência, uma (01) Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte e um (01) Posto Avançado localizado na Cidade de Sobral, o qual foi instituído pela Portaria n.º 219/2007-DG/DPF.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, onze (11) Delegacias Especializadas (Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP, Delegacia de Controle de Armas e Produtos Químicos – DELEAQ e Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG, subordinadas a Delegacia Regional Executiva - DREX e Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ, Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV, Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH , Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT, Delegacia de Repressão a Entorpecentes - DRE, Delegacia de Defesa Institucional - DELINST, Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvio de Recursos Públicos – DELEFIN, subordinadas a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR, além de quatro (5) Núcleos (Núcleo de Operação – NO, Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, Núcleo de Inteligência Policial – NIP, Núcleo de Polícia Marítima – NEPOM e Núcleo de Cartório), três (3) Setores (Setor de Recursos Humanos – SRH, Setor Técnico-Científico - SETEC e Setor de Administração e Logística Policial – SELOG) e a Corregedoria que tem como subordinados dois Núcleos (Núcleo de Disciplina-NUDIS e Núcleo de Correições – NUCOR).

Considerando que o Estado do Ceará, em linhas gerais, dentre outras circunstâncias: ocupa porção estratégica do ponto de vista econômico no território nacional; tem por limites o Oceano Atlântico a norte e nordeste, os Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba a leste, o Estado do Pernambuco ao Sul e o Estado do Piauí a oeste; encontra-se em operação dois portos de sustentação do Estado o Porto de Mucuripe e do Pecém; o Aeroporto Internacional Pinto Martins; sua área total é de 148.825,602 km², ou 9,37% da área do Nordeste e 1,7% da superfície do Brasil. A população do estado estimada para o ano de 2012 foi de 8.606.005 habitantes, conferindo ao território a oitava colocação entre as unidades federativas mais populosas.

A capital e maior cidade é Fortaleza, sede da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Outras cidades importantes fora da RMF são: Juazeiro do Norte, Crato na Região Metropolitana do Cariri, Sobral na região noroeste, Itapipoca na região norte, Iguatu na região centro-sul e Quixadá no sertão ao todo são 184 municipios.

Região de riquezas e belezas naturais possui grande fluxo de estrangeiros e nacionais que frequentam o litoral cearense, consequentemente grande movimentação de vôos regionais e internacionais no Aeroporto Internacional Pinto Martins, como em toda região nordeste, o Estado do Ceará é uma das regiões de grandes questões políticas locais, concentrando esforços no combate aos crimes de maior incidência crimes praticados contra criança e adolescentes (pedofilia e exploração sexual), crimes eleitorais, tráfico interestadual e internacional de drogas, crimes contra o meio ambiente e patrimônio histórico, sonegação fiscal, fraudes contra a previdência social, corrupção e desvio de recursos federais.

Como resultado dos trabalhos da Polícia Federal, o Inquérito Policial é o seu produto final. Este vale tanto para as ações pró-ativas (operações policiais), quanto para as ações reativas (inquéritos por portaria).

Com relação ao aspecto operacional reativo, foram instaurados 1.450 (um mil quatrocentos e cinqüenta) Inquéritos Policiais, relatados 1.072 (um mil e setenta e dois), e ficaram em aberto (em andamento) 3.538 (três mil quinhentos e trinta e oito) inquéritos.

Para o ano de 2012 esta Superintendência teve como objetivos principais a melhoria da gestão, o combate a corrupção, ao narcotráfico, crimes contra a pornografia infanto-juvenil, crimes financeiros e crimes eleitorais.

SEÇÃO III - DESENVOLVIMENTO

2 – Planejamento estratégico, plano de metas e de ações

2.1 Planejamento das Ações da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.2.1 – Metas da Unidade Exercício 2012

METAS	OBJETIVOS/JUSTIFICATIVA	PROGRAMA	OBJETIVO INSTITUCIONAL/AÇÃO ESTRATÉGICA:	TIPO DE META
Reformar o prédio da SR/DPF/CE	Melhorar a estrutura física da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Ceará	1353 Modernização da Polícia Federal	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Gestão de Obras e Infraestrutura	ADMINISTRATIVA
Melhorar o mobiliário do prédio da Superintendência	Reforma do prédio será necessário a readequação do mobiliário para o novo layout.	0750 Apoio Administrativo ercício	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Gestão de Obras e Infraestrutura	ADMINISTRATIVA
Aquisição de Materiais permanentes tais como trituradores, aparelhos eletro-eletrônicos.	Carência de tais materiais nesta SR/CE e a reforma do prédio	0750 Apoio Administrativo	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	ADMINISTRATIVA
Capacitar os servidores na área administrativa (licitações, contratos e pregão)	Atender as necessidades da SR/CE no aperfeiçoamento, atualização das equipes de licitação, de gestão de contratos e administração	0750 Apoio Administrativo	Valorizar o Servidor/Gestão por Competência	ADMINISTRATIVA
Implantar Circuito Fechado de TV no Anexo e Cais do Porto	Melhorar a segurança dos prédios Anexo e Cais do Porto	0750 Apoio Administrativo	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Gestão de Obras e Infraestrutura	ADMINISTRATIVA
Colocação de grades de proteção no prédio Anexo da Superintendência	Melhorar a segurança do prédio Anexo da Superintendência	0750 Apoio Administrativo	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Gestão de Obras e Infraestrutura	ADMINISTRATIVA
Aumento do número de estagiários	Atender necessidade de diversos setores, diante da possibilidade de autorização do MPOG de mais vagas	0750 Apoio Administrativo	Promover a Cidadania/Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão	ADMINISTRATIVA

	Instalar ar condicionados no NUTEC/SR/DPF/CE na Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE	Disponibilidade de ar condicionado na SR/DPF/CE; Ausência de ar condicionado no NUTEC na Delegacia de Juazeiro do Norte/CE, prejudicando a guarda de materiais sensíveis ao calor e condição de trabalho.	0750 Apoio Administrativo	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Gestão de Obras e Infraestrutura	ADMINISTRATIVA
	Otimizar divisão de horários dos terceirizados que atuam junto a DELEMIG	Otimizar o atendimento ao público nos pontos de emissão de passaportes e terminais de embarque e desembarque internacionais nas áreas aeroportuárias	0750 Apoio Administrativo	Promover a Cidadania/Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão	ADMINISTRATIVA
	Aumento e renovação da frota de veículos da SR/DPF/CE	Substituir veículos em mau estado, veículos anitieconômicos; atualizar a frota visando atendimento as novas demandas	0750 Apoio Administrativo	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	ADMINISTRATIVA
	Reformar a Delegacia de Juazeiro do Norte/CE	Necessidade de manutenção da Delegacia de Juazeiro do Norte, construção de cobertas de viaturas e de salas.	0750 Apoio Administrativo	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Gestão de Obras e Infraestrutura	ADMINISTRATIVA
	Agilizar as vistorias em instituições bancárias	Atendimento da Portaria 387/2006-DG/DPF .	2070 Segurança Pública com Cidadania	Promover a Cidadania/Controle Regulatório e Fiscalizatório	POLICIAL
	Ampliar a fiscalização em empresas de segurança privada e segurança orgânica, bem como aos cursos de formação de vigilantes e veículos especiais de transporte de valores	Atendimento com maior rapidez e qualidade que determinada a legislação de segurança privada.	2070 Segurança Pública com Cidadania	Promover a Cidadania/Controle Regulatório e Fiscalizatório	POLICIAL
	Combater a atuação de empresa de segurança privada não autorizadas por este Departamento.	Existência de atuação de empresas e ou pessoas realizando serviços de segurança privada não autorizadas (clandestinas)	2070 Segurança Pública com Cidadania	Promover a Cidadania/Controle Regulatório e Fiscalizatório	POLICIAL
	Agilizar a análise dos processos transmitidos através do Sistema de Gestão Eletrônica de Segurança Privada - GESP, responsável, pelos processos autorizativos e revisionais das empresa de segurança privada, além de compra de armas e munições e expedição de guia de transporte de armas.	Os equipamentos de informática (computadores e softwares) desta Delesp encontram-se defasados, dificultando o acesso ao referido sistema (GESP)	2070 Segurança Pública com Cidadania	Promover a Cidadania/Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão	INSTITUCIONAL

	Realizar todas as providências necessárias para encaminhamento das armas que estão no depósito desta SR/DPF/CE e que foram apreendidas em procedimentos realizados pela Delesp/Ce, para o comando do exército para fins de destruição.	Atendimento a lei nº 10.826/2003	2070 Segurança Pública com Cidadania	Promover a Cidadania/Controle Regulatório e Fiscalizatório	POLICIAL
	Capacitação visando possibilitar aos servidores qualidade e competência técnica na execução de suas atividades, potencializando o desempenho individual e coletivo para o desenvolvimento humano, profissional e institucional.	Os servidores lotados no Setor de Recursos Humanos precisam atualizar-se em virtude das mudanças constantes na legislação e módulos sistemáticos, a fim de evitar divergências e/ou erros nos processos administrativos. O treinamento ajuda na integralização e atualização dos servidores, bem como na uniformidade de procedimentos.	0750 Apoio Administrativo.	Valorizar o Servidor/Gestão por Competência	ADMINISTRATIVA
	Obtenção de fluxo de informação mais eficiente com melhor utilização da área disponível.	O Setor de Recursos Humanos está repleto de documentos e móveis com layout não apropriado e desordenado, além do que recebe muitos servidores e pensionistas.	0750 Apoio Administrativo	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	ADMINISTRATIVA
	Melhorar o atendimento ao público externo requerentes de passaporte, estrangeiros e público em geral	Necessidade de aprimoramento de processos de atendimento ao público externo (requerentes de passaportes, estrangeiros requerentes de vistos de diversas espécies	1353 Modernização da Polícia Federal	Sistema de Emissão de Passaporte, Controle de Tráfego Internacional e de Registro de Estrangeiros - 2070-2679	Administrativa
	Intensificar o combate ao crimes contra os direitos humanos	CONFORME PREVÊ A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTA IIMPÕE AO ESTADO BRASILEIRO REGER-SE PELO PRINCÍPIO MODERDO NA PREVALÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS	0662 Prevenção e Repressão à Criminalidade	Reduzir a Criminalidade/Prevenção à Criminalidade	POLICIAL
	CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE ANÁLISE/DELEPREV COM ESPAÇO FÍSICO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS.	ATUALMENTE UITILIZAMOS O NA/DELEFAZ	2070 Segurança Pública com Cidadania	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Gestão de Obras e Infraestrutura	ADMINISTRATIVA

	Criação de um cartório móvel para agilizar a instrução de Inquéritos no Interior do Estado	GRANDE NÚMERO DE INQUÉRITOS ONDE OS INVESTIGADOS NÃO TEM CONDIÇÃO DE DESLOCAMENTO PARA A CAPITAL, O QUE RETARDA A CONCLUSÃO DOS INQUERITOS	0662 Prevenção e Repressão à Criminalidade	Reduzir a Criminalidade/Prevenção à Criminalidade	POLICIAL
	Aperfeiçoar sistema de comunicação, via Tetrapol entre equipes em diligência e a base.	NECESSIDADE DE SERVIÇO.	0662 Prevenção e Repressão à Criminalidade	Reduzir a Criminalidade/Prevenção à Criminalidade	ADMINISTRATIVA
	ADAPTAÇÃO DE SALA PARA GUARDA DE VESTÍGIOS	ATENDER A IMPLEMENTAÇÃO DA CADEIA DE CUSTÓDIA	2070 Segurança Pública com Cidadania	Fortalecer a cultura de gestão estratégica/Garantia da Segurança Institucional	INSTITUCIONAL
	INSTALAR CÂMERAS DE FILMAGEM NAS DEPENDÊNCIAS DO SETEC/SR/DPF/CE	MONITORAMENTO DA CADEIA DE CUSTÓDIA	2070 Segurança Pública com Cidadania	Fortalecer a cultura de gestão estratégica/Garantia da Segurança Institucional	POLICIAL
	INSTALAR FECHADURA COM LEITURA DIGITAL NA PORTA PRINCIPAL DE ACESSO AO SETEC/SR/DPF/CE	PERMITIR APENAS A ENTRADA DE PESSOAS AUTORIZADAS	2070 Segurança Pública com Cidadania	Fortalecer a cultura de gestão estratégica/Garantia da Segurança Institucional	POLICIAL
	AQUISIÇÃO DE COFRE PARA GUARDA DE CONTRA PROVA PARA O SETEC	GUARDA DE MATERIAL DE CONTRA PROVA PREVISTO NA CADEIA DE CUSTÓDIA	2070 Segurança Pública com Cidadania	Fortalecer a cultura de gestão estratégica/Garantia da Segurança Institucional	INSTITUCIONAL
	Reduzir a quantidade de mandados de prisão em aberto no âmbito da Superintendência	EXISTÊNCIA DE GRANDE QUANTIDADE DE MANDADOS DE PRISÃO ORIUNDOS DA JUSTIÇA FEDERAL	2070 Segurança Pública com Cidadania	Reduzir a Criminalidade/Prevenção à Criminalidade	POLICIAL
	Colocar as embarcações para estarem operando a pronto atendimento.	As três embarcações encontram-se avariadas, necessitando de manutenção corretiva e preventiva.	1353 Modernização da Polícia Federal	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	ADMINISTRATIVA
	Integrar missões conjuntas com outras superintendências, órgãos e entidades internacionais, na fiscalização e prevenção de ilícitos no meio aquaviário.	Integrar ações conjuntas com outras entidades policiais	0662 Prevenção e Repressão à Criminalidade	Reduzir a Criminalidade/Atuação Policial em Grandes Eventos	POLICIAL
	Desenvolver uma mentalidade de salvaguarda de conhecimentos sensíveis, junto aos servidores da SR/DPF/CE e DPF-b-JNE/CE	Proteção do conhecimento sensível evitando vazamento de dados em operações sigilosas	0662 Prevenção e Repressão à Criminalidade	Ampliar a Credibilidade Institucional/Proteção da Imagem Institucional	POLICIAL

	Capacitar e treinar os servidores do NIP/SR/DPF/CE e UIP/DPFb/JNE/CE em estágios e cursos na área de Inteligência Policial.	Visa a agilidade e observância do princípio da oportunidade na produção e análise de conhecimento.	0750 Apoio Administrativo	Fortalecer a cultura de gestão estratégica/Gestão do Conhecimento	ADMINISTRATIVA
	Destinação dos materiais apreendidos como: veículos, eletrônicos, bens etc.	A permanência de bens apreendidos que já deveriam ter sido encaminhado à Justiça por ocasião do IPL relatado.	0750 Apoio Administrativo	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	ADMINISTRATIVA
	Executar a conformidade da atuação das atividades das unidades vinculadas a DREX às normas internas do DPF	Otimizar a atividade de polícia administrativa	2070 Segurança Pública com Cidadania	Promover a Cidadania/Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão	POLICIAL
	Reduzir o volume de acumulo de serviço de polícia administrativa, incrementando a satisfação do cidadão tomador dos serviços	Aumentar a velocidade de prestação do serviço de polícia administrativa, incrementando a satisfação do cidadão tomador dos serviços	2070 Segurança Pública com Cidadania	Promover a Cidadania/Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão	POLICIAL
	Diminuir o fluxo de serviço nos setores vinculados a DREX, mediante o incremento da atuação de polícia administrativa preventiva	Otimização dos serviços, ampliando qualidade, satisfação e velocidade na atividade de polícia administrativa	2070 Segurança Pública com Cidadania	Promover a Cidadania/Otimização dos Serviços ao Usuário/Cidadão	POLICIAL
	Curso de libras	Oferecer aos servidores lotados no atendimento ao público, conhecimento na arte de se comunicar com surdos e mudos	0750 Apoio Administrativo	Valorizar o Servidor/Gestão por Competência	ADMINISTRATIVA
	Criação do NA/DELEMAPH/SR/DPF/CE com espaço físico adequado e aquisição de mobilia e equipamentos próprios com lotação de policiais treinados no setor	Aumentar com maiores informações inerentes as investigações relacionadas com o objeto da delegacia	0662 Prevenção e Repressão à Criminalidade	Reduzir a Criminalidade/Prevenção à Criminalidade	POLICIAL
	Reestruturar o layout das dependências do GID/DREX/SR/DPF/CE	Possibilitar melhores condições de trabalho, otimizando o desempenho dos servidores lotados no GID/DREX/SR/DPF/CE	2070 - Segurança Pública com Cidadania	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	ADMINISTRATIVA

	Otimizar os trabalhos de Representação Facial Humana e Exames Prosoprográficos	Atualmente o GID/SR/DPF/CE é referência nessa área de investigação, necessitando de material de informática para manter seu nível de excelência	2070 - Segurança Pública com Cidadania	Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação/Alinhamento da TI à Gestão Policial	ADMINISTRATIVA
	Otimizar os trabalhos de confronto de impressões digitais de suspeitos com fragmentos de digitais revelados em local de crime	Possibilitar a coleta de digitais para fins de ampliação do sistema AFIS, bem como a realização de confrontos para fins periciais	2070 - Segurança Pública com Cidadania	Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação/Alinhamento da TI à Gestão Policial	ADMINISTRATIVA
	Segurança de documentos e materiais do GID/DREX	Guardar, com segurança, materiais controlados, tais como carteiras funcionais, espelhos e capas, bem como materiais recolhidos para exame, especialmente armas de fogo.	2070 - Segurança Pública com Cidadania	Fortalecer a cultura de gestão estratégica/Garantia da Segurança Institucional	ADMINISTRATIVA
	Realizar, através do sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais - AFIS, a identificação datiloscópica dos vigilantes do Estado do Ceará	Possibilitar a pesquisa na base de dados do AFIS, para a verificação de antecedentes criminais	2070 - Segurança Pública com Cidadania	Reduzir a Criminalidade/Aperfeiçoamento dos Procedimentos de Polícia Judiciária	POLICIAL
	Interligar o banco de dados criminal da SSPDS/CE com o sistema AFIS do Departamento de Polícia Federal	Otimizar os procedimentos de confronto de fragmentos de impressões digitais revelados em local de crime, com o banco de identificados criminalmente pela SSPDS/CE, possibilitando mais eficácia nos trabalhos periciais realizados pelos Papiloscopistas	2070 - Segurança Pública com Cidadania	Reduzir a Criminalidade/Gestão da Qualidade da Prova	INSTITUCIONAL
	Interligar o banco de dados do Sistema Presidiário da SEJUS/CE com o sistema AFIS do Departamento de Polícia Federal	Otimizar os procedimentos de confronto de fragmentos de impressões digitais revelados em local de crime, com o banco de identificados nos presídios através do sistema INTEGRA da SEJUS/CE, possibilitando mairo eficácia nos trabalhos periciais realizados pelos Papiloscopistas	2070 - Segurança Pública com Cidadania	Reduzir a Criminalidade/Gestão da Qualidade da Prova	INSTITUCIONAL
	Priorizar a conclusão dos Inquéritos Policiais instaurados nos anos anteriores a 2007.	Atender Plano de Metas da COGER e diminuir a Carga de IPL´s na SR e DPF/JNE	0662 Prevenção e Repressão à Criminalidade	Reduzir a Criminalidade/Prevenção à Criminalidade	POLICIAL

	Ampliar o maior número de Servidores da DPF/JNE cadastrados no banco de dados do DPF	Atender com maior presteza e celeridade as informações policiais.	0750 Apoio Administrativo.	Valorizar o Servidor/Gestão por Competência	ADMINISTRATIVA
	Capacitar os Policiais para trabalhar no Aeroporto Humberto Bezerra desta Cidade de Juazeiro do Norte/CE	O tráfego de passageiros passou dos 30 mil no ano pretérito. Atualmente está em reforma e, ao término, disponibilizará uma sala para a Polícia Federal. Deveremos nos preparar para assumir as funções no referido aeroporto	0750 Apoio Administrativo	Valorizar o Servidor/Gestão por Competência	ADMINISTRATIVA
	Disponibilizar nesta Delegacia e Vigilância eletrônica e de visual com equipamento para gravação de alta resolução definitiva.	Fim cobrir o espaço físico da Delegacia interno e externo	0750 Apoio Administrativo	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	ADMINISTRATIVA
	Equipamento calibrador de pneus.	Calibrar pneus da frota desta Delegacia	0750 Apoio Administrativo	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	ADMINISTRATIVA
	Dotar o Setor de Operações de Inteligência Policial SOIP de equipamentos necessários aos serviços desenvolvidos pelo Setor.	Proporcionar melhores levantamentos de dados de pessoas e objetos fim colacionar a prova por excelência destro dos autos.	0750 Apoio Administrativo	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	ADMINISTRATIVA
	Desenvolver aplicação para o controle de senhas do ANEXO/SR/CE	São usados chamados por voz ou sirene	Outro	Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação/Alinhamento da TI à Gestão Policial	ADMINISTRATIVA
	Desenvolver aplicação para o Livro de Plantão	Feito em editor de texto, sem segurança e padrão	Outro	Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação/Alinhamento da TI à Gestão Policial	ADMINISTRATIVA
	Contratar serviço terceirizado em manutenção em informática	Para atender ao Estado do Ceará, há somente 3 servidores lotado no NTI	Outro	Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação/Alinhamento da TI à Gestão Policial	ADMINISTRATIVA
	Criação de Canil e formação de guias e cães farejadores para atuação nos portos e aeroportos do Estado, bem como em outros locais necessários para a repressão ao trafico de drogas e outros delitos da alçada do DPF	Necessidade de utilização dessa ferramenta na repressão ao narcotráfico e outros crimes	1353 Modernização da Polícia Federal	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Gestão de Obras e Infraestrutura	ADMINISTRATIVA

	Criação do Núcleo de Segurança Aeroportuária no Aeroporto	Implementar a rotina de segurança aeroportuária	0750 Apoio Administrativo	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Gestão de Obras e Infraestrutura	POLICIAL
	Adquirir computadores, impressoras, Notebook para a Superintendência	Melhor aparelhamento da Superintendência	0750 Apoio Administrativo	Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais/Racionalização da Gestão Logística	ADMINISTRATIVA
	Capacitar efetivo da DELEFIN/CE	Agregar conhecimento nas matérias afetas a repressão dos crimes de desvio de recursos públicos e crimes financeiros	0750 Apoio Administrativo	Valorizar o Servidor/Gestão por Competência	ADMINISTRATIVA

2.2 – Estratégias de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Primeiramente, cumpre esclarecer que o Departamento de Polícia Federal tem seu planejamento estratégico baseado no modelo de cenários prospectivos. Considerando a revisão do Plano Estratégico de 2007/2022, de modo a adequá-lo à nova realidade de gestão estratégica, a partir da publicação da Portaria nº 1735/2010-DG/DPF, de 03/11/2010, foi aprovada a revisão do planejamento estratégico da Polícia Federal, para o período de 2010-2022, ora representado por três instrumentos:

1.Plano Estratégico, composto por:
I - Histórico;
II - Negócio;
III - Missão;
IV - Visão;
V - Valores;
VI - Fatores Críticos de Sucesso;
VII - Políticas Corporativas;
VIII - Macro Objetivos;
IX - Objetivos Institucionais; e
X - Ações Estratégicas.

2.Portfólio Estratégico, que servirá como base para a estruturação, elaboração e consolidação dos Planos Plurianuais da Polícia Federal, é composto de:
I - Objetivos Institucionais; e
II - Ações Estratégicas.

3.Mapa Estratégico, composto de:
I - Missão;
II - Visão;
III - Perspectivas;
IV - Macro Objetivos;
V - Objetivos Institucionais, de forma destacada, contendo a síntese de seus descritores; e
VI - Síntese das Ações Estratégicas, dispostas conforme sua vinculação aos respectivos Objetivos Institucionais.

As Perspectivas acima referidas (inciso III) devem ser compreendidas na seguinte ordem:
I – Orçamento e Finanças;
II – Aprendizado e Crescimento;
III – Processos Internos; e
IV – Clientes e Resultados.

Nesse sentido, para efeito do presente Relatório de Gestão, é oportuno elencar os Objetivos Institucionais vigentes, previstos no planejamento estratégico:

1.**Fortalecer a cultura de gestão estratégica**

Implantar uma cultura permanente de gestão estratégica no âmbito da Polícia Federal, em busca da eficácia, eficiência e efetividade de seus serviços e atividades.

2.**Valorizar o Servidor**

Estabelecer e implantar estratégias de avaliação do mérito e valorização do pessoal,

motivando todas as categorias de servidores e agregando valores de maneira a formar um grupo coeso e permanente.

3.**Reduzir a Criminalidade**

Reduzir a atuação da criminalidade organizada, aprimorando e modernizando constantemente as técnicas investigativas, em todos os segmentos de atuação.

4.**Promover a Cidadania**

Promover o reconhecimento formal de direitos e deveres na vida cotidiana dos indivíduos, por meio da divulgação e fortalecimento das ações de polícia administrativa no território brasileiro e suas fronteiras.

5.**Incrementar os Acordos e Parcerias**

Promover, consolidar, regular e oficializar parcerias estratégicas, em âmbito nacional e internacional, de maneira a conferir respaldo e legitimidade às ações operacionais, de inteligência, de treinamento, de transferência de tecnologia, entre outras.

6.**Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais**

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

7.**Consolidar a Governança em Tecnologia da Informação**

Estruturar as práticas, padrões, processos, recursos e relacionamentos na área de Tecnologia da Informação, aprimorando seus serviços e agregando valor à instituição.

8.**Integrar o Orçamento ao Planejamento Estratégico**

Vincular a proposta orçamentária da Polícia Federal ao seu planejamento estratégico, de maneira a dispor de um plano orçamentário sustentável que permita adequar qualitativa e quantitativamente os recursos financeiros ao cumprimento de sua missão.

Dentro desses objetivos podemos destacar como realizações dessa Unidade no exercício de 2012:

Quanto a valorização do servidor foram realizadas 87 capacitações conforme discriminado no item 2 Gestão do Conhecimento do Anexo I

Na atividade de polícia judiciária, com impacto na repressão e redução da criminalidade, foram instaurados 1.450 (um mil quatrocentos e cinqüenta) Inquéritos Policiais sendo relatados 1.072 (um mil e setenta e dois), ficando em aberto (em andamento) 3.538 (três mil quinhentos e trinta e oito) inquéritos.

Destacamos também que foram desencadeadas operações contra crimes eleitorais, tráfico interestadual de drogas, pornografia infanto juvenil pela internet, assalto a bancos, roubo de cargas, roubo a agência de correios nos municípios de Varjota e Cruz. Também foi deflagrada a operação EMBUSTE no dia 06/08/2012 referente à prática de crimes financeiros praticados através de empresas integrantes do Grupo Econômico Oboé. Atualmente em razão de tais fatos tramitam na DELEFIN os Inquéritos 909/12, 1065/12 e 1066/12.

Na Delegacia de Juazeiro do Norte/CE foram desencadeadas operações contra crimes eleitorais, assalto a bancos, desvio de recursos públicos, tráfico de drogas e desvio de recursos do Banco do Brasil (Agência Barro/CE).

Quanto ao Incremento a Acordo e Parcerias, a Superintendência mantém Acordo de Cooperação Técnica nº 11/2011 com a Universidade Federal do Ceará que tem como objeto a execução de ações e atividades de prevenção aos agravos, promoção e acompanhamento da saúde dos servidores, perícia oficial e assistência, com vistas a garantir a implementação da política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal. Em 2012 mantivemos contatos com a Câmara de dirigentes lojistas de Fortaleza-CDL para que no inicio de 2013 fosse celebrado Termo de Cooperação nº 01/2013 que tem como objeto a mútua colaboração entre as partes para dar proteção

aos cidadãos e ao comércio em geral contra os crimes de clonagem de cartão e as fraudes através da internet que afetem às instituições protegidas pela jurisdição federal.

Para a integração do orçamento ao planejamento estratégico, essa Unidade utilizou de forma qualitativa as cotas orçamentárias disponíveis para atingir a missão da Polícia Federal.

No exercício de 2012, a otimização do Emprego dos Bens e Recursos Materiais foi implanto no pelo sistema e-LOG para controle do material visando modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição.

Outras atividades visando atingir os objetivos estratégicos estão mais detalhadas no item 1.4-Macroprocessos finalísticos, item 1.5-Macroprocessos de apoio e no Anexo I - Atividades desenvolvidas pelos Setores e Delegacias.

Como dificuldade encontrada durante o exercício de 2012, podemos destacar a reforma do Ed.Sede da Superintendência que iniciou nesse exercício e posteriormente houve a paralisação da obra o que ocasionou vários transtornos para nossos servidores e para o andamento dos serviços.

2.3 – Execução do Plano de Metas ou de Ações

Quadro A.2.2 – Resultado Metas da Unidade Exercício 2012

METAS	OBJETIVOS	ATINGIMENTO	JUSTIFICATIVA
Reformar o prédio da SR/DPF/CE	Melhorar a estrutura física da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Ceará	PREJUDICADO	A contratada pediu Recuperação Judicial na 1ª Vara de Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Fortaleza estando a obra paralisada.
Melhorar o mobiliário do prédio da Superintendência	Reforma do prédio será necessário a readequação do mobiliário para o novo layout.	PREJUDICADO	Em razão da paralisação da obra.
Aquisição de Materiais permanentes tais como trituradores, aparelhos eletro-eletrônicos.	Carência de tais materiais nesta SR/CE e a reforma do prédio	25 %	Não foram adquiridos materiais permanentes em razão do contingenciamento de despesa.
Capacitar os servidores na área administrativa (licitações, contratos e pregão)	Atender as necessidades da SR/CE no aperfeiçoamento, atualização das equipes de licitação, de gestão de contratos e administração	70%	INDICAÇÃO DA SERVIDORA NICOLLE SILVEIRA PARA A REALIZAÇÃO DE CURSOS NA ÁREA DE LICITAÇÃO. Indicação das servidoras Francisca Edinir , Ana Karine Rocha Moreira e Maria das Neves para participarem de um curso de Especialização em Contabilidade Pública.
Implantar Circuito Fechado de TV no Anexo e Cais do Porto	Melhorar a segurança dos prédios Anexo e Cais do Porto	100%	A IMPLANTAÇÃO DE CFTV FOI VIABILIZADA PARA O ANEXO/SR/DPF/CE e NEPOM.
Colocação de grades de proteção no prédio Anexo da Superintendência	Melhorar a segurança do prédio Anexo da Superintendência	PREJUDICADO	AS GRADES NÃO FORAM INSTALADAS EM RAZÃO DO CONTIGENCIAMENTO DE DESPESA.

Aumento do número de estagiários	Atender necessidade de diversos setores, diante da possibilidade de autorização do MPOG de mais vagas	PREJUDICADO	A ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO - ACI/DPF NÃO DISPONIBILIZARAM NORMATIVOS PARA ESTABELECER OS QUANTITATIVOS DE ESTAGIÁRIOS PARA AS UNIDADES DO DPF EM ATENDIMENTO A MENSAGEM CIRCULAR CONJUNTA nº 22/2012, DATADA DE 23/11/2012.
Instalar ar condicionados no NUTEC/SR/DPF/CE na Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE	Disponibilidade de ar condicionado na SR/DPF/CE; Ausência de ar condicionado no NUTEC na Delegacia de Juazeiro do Norte/CE, prejudicando a guarda de materiais sensíveis ao calor e condição de trabalho.	100%	INSTALAÇÃO EFETIVADA.
Otimizar divisão de horários dos terceirizados que atuam junto a DELEMIG	Otimizar o atendimento ao público nos pontos de emissão de passaportes e terminais de embarque e desembarque internacionais nas áreas aeroportuárias	100,00%	EFETIVADA
Aumento e renovação da frota de veículos da SR/DPF/CE	Substituir veículos em mau estado, veículos anitieconômicos; atualizar a frota visando atendimento as novas demandas	8%	Recebimento de viaturas para renovação da frota
Reformar a Delegacia de Juazeiro do Norte/CE	Necessidade de manutenção da Delegacia de Juazeiro do Norte, construção de cobertas de viaturas e de salas.	100,00%	OBRA REALIZADA PELA EMPRESA ONEIDE CONSTRUTORA LTDA. VALOR: R$ 314.777,97
Agilizar as vistorias em instituições bancárias	Atendimento da Portaria 387/2006-DG/DPF .	Atingida	Todas as agências foram fiscalizadas. As agências das capital e região metropolitana foram feitas durante o ano, distribuídas por bairros. As do interior foram dividas em cinco rotas. Tivemos ainda um acréscimo de agências que foram inauguradas durante o ano.

Ampliar a fiscalização em empresas de segurança privada e segurança orgânica, bem como aos cursos de formação de vigilantes e veículos especiais de transporte de valores	Atendimento com maior rapidez e qualidade que determinada a legislação de segurança privada.	Foram fiscalizadas todas as empresas de segurança especializada, cursos de formação e veículos especiais de transporte de valores. Não foi possível vistoriar todas as empresas orgânicas.	Devido a grande quantidade de serviço, bem como elevado número de empresas orgânicas, e o efetivo desta Delesp, não foi possível vistoriar todas as empresas orgânicas, somente àquelas que solicitaram Renovação e necessitaram de vistoria.
Combater a atuação de empresa de segurança privada não autorizadas por este Departamento.	Existência de atuação de empresas e ou pessoas realizando serviços de segurança privada não autorizadas (clandestinas)	Não foi atingida a meta	Devido o acúmulo de serviço, aliado ao escasso efetivo desta Delesp.Vale destacar que no ano de 2012 foi deflagrado o movimento paredista dos servidores Policiais, que perdurou por cerca de 70 dias, tendo gerado acúmulo de serviço.
Agilizar a análise dos processos transmitidos através do Sistema de Gestão Eletrônica de Segurança Privada - GESP, responsável, pelos processos autorizativos e revisionais das empresa de segurança privada, além de compra de armas e munições e expedição de guia de transporte de armas.	Os equipamentos de informática (computadores e softwares) desta Delesp encontram-se defasados, dificultando o acesso ao referido sistema (GESP)	Atingida	Recebemos 04 computadores novos pela DELESP, o que viabilizou os trabalhos realizados. Não conseguimos uma nova impressora multifuncional
Realizar todas as providências necessárias para encaminhamento das armas que estão no depósito desta SR/DPF/CE e que foram apreendidas em procedimentos realizados pela Delesp/Ce, para o comando do exército para fins de destruição.	Atendimento a lei nº 10.826/2003	Atendemos parcialmente, pois adotamos todo o procedimento necessário para encaminhamento das armas para o exército. A grande maioria foi destruída, porém ainda restauram alguns lotes	Algumas lotes não foram destruídos pois ainda faltavam cumprir alguns prazos legais.
Capacitação visando possibilitar aos servidores qualidade e competência técnica na execução de suas atividades, potencializando o desempenho individual e coletivo para o desenvolvimento humano, profissional e institucional.	Os servidores lotados no Setor de Recursos Humanos precisam atualizar-se em virtude das mudanças constantes na legislação e módulos sistemáticos, a fim de evitar divergências e/ou erros nos processos administrativos. O treinamento ajuda na integralização e atualização dos servidores, bem como na uniformidade de	NÃO	FALTA DE RECURSOS

	procedimentos.		
Obtenção de fluxo de informação mais eficiente com melhor utilização da área disponível.	O Setor de Recursos Humanos está repleto de documentos e móveis com layout não apropriado e desordenado, além do que recebe muitos servidores e pensionistas.	NÃO	REFORMA DO PREDIO NÃO CONCLUIDA
Melhorar o atendimento ao público externo requerentes de passaporte, estrangeiros e público em geral	Necessidade de aprimoramento de processos de atendimento ao público externo (requerentes de passaportes, estrangeiros requerentes de vistos de diversas espécies	Atingido	Melhora no atendimento ao público com o recebimento de 03 computadores para o atendimento dos estrangeiros.
Intensificar o combate ao crimes contra os direitos humanos	CONFORME PREVÊ A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTA IIMPÕE AO ESTADO BRASILEIRO REGER-SE PELO PRINCÍPIO MODERDO NA PREVALÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS	Atingida	Em parceria com outros órgãos do Governo Estadual/Municipal e realização de reuniões visando intensificar o combate ao crime contra os direitos humanos.
CRIAÇÃO DO NÚCLEO DE ANÁLISE/DELEPREV COM ESPAÇO FÍSICO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS.	ATUALMENTE UITILIZAMOS O NA/DELEFAZ	AINDA NÃO FOI DISPONIBILIZADO ESPAÇO FÍSICO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PRÓPRIOS	REFORMA NÃO CONCLUÍDA
Criação de um cartório móvel para agilizar a instrução de Inquéritos no Interior do Estado	GRANDE NÚMERO DE INQUÉRITOS ONDE OS INVESTIGADOS NÃO TEM CONDIÇÃO DE DESLOCAMENTO PARA A CAPITAL, O QUE RETARDA A CONCLUSÃO DOS INQUERITOS	Não atingida	Dificuldade operacional e administrativa
Aperfeiçoar sistema de comunicação, via Tetrapol entre equipes em diligência e a base.	NECESSIDADE DE SERVIÇO.	Não atingida	Os técnicos não conseguiram colocar a base do Tetrapol em funcionamento.
ADAPTAÇÃO DE SALA PARA GUARDA DE VESTÍGIOS	ATENDER A IMPLEMENTAÇÃO DA CADEIA DE CUSTÓDIA	Não atingida	A adequação depende da reforma do prédio que está paralisada

INSTALAR CÂMERAS DE FILMAGEM NAS DEPENDÊNCIAS DO SETEC/SR/DPF/CE	MONITORAMENTO DA CADEIA DE CUSTÓDIA	Não atingida	Falta de recursos
INSTALAR FECHADURA COM LEITURA DIGITAL NA PORTA PRINCIPAL DE ACESSO AO SETEC/SR/DPF/CE	PERMITIR APENAS A ENTRADA DE PESSOAS AUTORIZADAS	Não atingida	Falta de recurso
AQUISIÇÃO DE COFRE PARA GUARDA DE CONTRA PROVA PARA O SETEC	GUARDA DE MATERIAL DE CONTRA PROVA PREVISTO NA CADEIA DE CUSTÓDIA	PREJUDICADO	CONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS PARA MATERIAL PERMANENTE
Reduzir a quantidade de mandados de prisão em aberto no âmbito da Superintendência	EXISTÊNCIA DE GRANDE QUANTIDADE DE MANDADOS DE PRISÃO ORIUNDOS DA JUSTIÇA FEDERAL	Não	Carência de efetivo para realizar as diligências necessárias
Colocar as embarcações para estarem operando a pronto atendimento.	As três embarcações encontram-se avariadas, necessitando de manutenção corretiva e preventiva.	25,00%	Realizada licitação para a contratação da empresa, cujo Contrato está em andamento.
Integrar missões conjuntas com outras superintendências, órgãos e entidades internacionais, na fiscalização e prevenção de ilícitos no meio aquaviário	Integrar ações conjuntas com outras entidades policiais	Parcial	Foi realizada missão na SR/RJ para atuação na Rio +20.
Desenvolver uma mentalidade de salvaguarda de conhecimentos sensíveis, junto aos servidores da SR/DPF/CE e DPF-b-JNE/CE	Proteção do conhecimento sensível evitando vazamento de dados em operações sigilosas	Atingida	O desenvolvimento dessa meta é um processo do NIP/CE.
Capacitar e treinar os servidores do NIP/SR/DPF/CE e UIP/DPFb/JNE/CE em estágios e cursos na área de Inteligência Policial.	Visa a agilidade e observância do princípio da oportunidade na produção e análise de conhecimento.	Atingida	Foram realizados cursos na Academia de Policia na Área de Inteligência e Contra Inteligência Policial e outras capacitações via ANP-net
Destinação dos materiais apreendidos como: veículos, eletrônicos, bens etc.	A permanência de bens apreendidos que já deveriam ter sido encaminhado à Justiça por ocasião do IPL relatado.	Não Atingida	Poder Judiciário e Ministério Público, a exceção da 11ª vara Federal/CE, não atendem a demanda da Superintendência no que tange a destinação dos bens apreendidos.

Executar a conformidade da atuação das atividades das unidades vinculadas a DREX às normas internas do DPF	Otimizar a atividade de polícia administrativa	SIM	Atingiram-se os objetivos com o aumento da expedições de passaportes de registros de armas e de atendimento ao público nos serviços migratórios no Aeroporto Pinto Martins de Fortaleza.
Reduzir o volume de acumulo de serviço de polícia administrativa, incrementando a satisfação do cidadão tomador dos serviços	Aumentar a velocidade de prestação do serviço de polícia administrativa, incrementando a satisfação do cidadão tomador dos serviços	SIM	As filas de atendimento a estrangeiros foram abolidas, com a utilização de agendamento eletrônico. Os processos de registro de estrangeiros foram atualizados em 60%.
Diminuir o fluxo de serviço nos setores vinculados a DREX, mediante o incremento da atuação de polícia administrativa preventiva	Otimização dos serviços, ampliando qualidade, satisfação e velocidade na atividade de polícia administrativa	NÃO	Não houve possibilidade de aumento de efetivo.
Curso de libras	Oferecer aos servidores lotados no atendimento ao público, conhecimento na arte de se comunicar com surdos e mudos	Atingida	Atualmente 02 servidores foram capacitadas em Libras.
Criação do NA/DELEMAPH/SR/DPF/CE com espaço físico adequado e aquisição de mobilia e equipamentos próprios com lotação de policiais treinados no setor	Aumentar com maiores informações inerentes as investigações relacionadas com o objeto da delegacia	0%	NÃO HOUVE A CRIAÇÃO DO NA/DELEMAPH/SR/DPF/CE.
Reestruturar o layout das dependências do GID/DREX/SR/DPF/CE	Possibilitar melhores condições de trabalho, otimizando o desempenho dos servidores lotados no GID/DREX/SR/DPF/CE	NÃO	NÃO HOUVE PREVISÃO NA PROGRAMAÇÃO DE REFORMA DA SR/DPF/CE, APESAR DE SOLICITADO FORMALMENTE
Otimizar os trabalhos de Representação Facial Humana e Exames Prosoprográficos	Atualmente o GID/SR/DPF/CE é referência nessa área de investigação, necessitando de material de informática para manter seu nível de excelência	PARCIALMENTE	FALTOU A AQUISIÇÃO DO PROGRAMA ADOBE PHOTOSHOP
Otimizar os trabalhos de confronto de impressões digitais de suspeitos com fragmentos de digitais revelados em local de crime	Possibilitar a coleta de digitais para fins de ampliação do sistema AFIS, bem como a realização de confrontos para fins periciais	NÃO	SEM PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA COMPRA DAS ESTAÇÕES DE TRABALHO

Segurança de documentos e materiais do GID/DREX	Guardar, com segurança, materiais controlados, tais como carteiras funcionais, espelhos e capas, bem como materiais recolhidos para exame, especialmente armas de fogo.	NÃO	NÃO HOUVE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA ESTE FIM
Realizar, através do sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais - AFIS, a identificação datiloscópica dos vigilantes do Estado do Ceará	Possibilitar a pesquisa na base de dados do AFIS, para a verificação de antecedentes criminais	NÃO	SEM ESTRUTURA ADEQUADA. FALTA DE ESTAÇÃO DE COLETA DE IMPRESSÕES DIGITAIS
Interligar o banco de dados criminal da SSPDS/CE com o sistema AFIS do Departamento de Polícia Federal	Otimizar os procedimentos de confronto de fragmentos de impressões digitais revelados em local de crime, com o banco de identificados criminalmente pela SSPDS/CE, possibilitando mais eficácia nos trabalhos periciais realizados pelos Papiloscopistas	PARCIALMENTE	OCORREU A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA NA SSPDS/CE, MAS A INTERLIGAÇÃO AINDA NÃO FOI COMPLETAMENTE EFETIVADA.
Interligar o banco de dados do Sistema Presidiário da SEJUS/CE com o sistema AFIS do Departamento de Polícia Federal	Otimizar os procedimentos de confronto de fragmentos de impressões digitais revelados em local de crime, com o banco de identificados nos presídios através do sistema INTEGRA da SEJUS/CE, possibilitando mairo eficácia nos trabalhos periciais realizados pelos Papiloscopistas	NÃO	FOI REALIZADO CONTATO COM O INI E A CEJUS/CE, ENTRETANTO O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO NÃO AVANÇOU A CONTENTO. FALTOU UMA GESTÃO MAIS EFETIVA JUNTO À SEJUS/CE
Priorizar a conclusão dos Inquéritos Policiais instaurados nos anos anteriores a 2007.	Atender Plano de Metas da COGER e diminuir a Carga de IPL´s na SR e DPF/JNE	15%	Reduzido efetivo
Ampliar o maior número de Servidores da DPF/JNE cadastrados no banco de dados do DPF	Atender com maior presteza e celeridade as informações policiais.	5%	Falta de capacitação
Capacitar os Policiais para trabalhar no Aeroporto Humberto Bezerra desta Cidade de Juazeiro do Norte/CE	O tráfego de passageiros passou dos 30 mil no ano pretérito. Atualmente está em reforma e, ao término, disponibilizará uma sala para a Polícia Federal. Deveremos nos preparar para assumir as funções no referido aeroporto	0%	Não foi possível realização de capacitação

Disponibilizar nesta Delegacia e Vigilância eletrônica e de visual com equipamento para gravação de alta resolução definitiva.	Fim cobrir o espaço físico da Delegacia interno e externo	10%	Não foi adquirido e instalado equipamentos suficientes.
Equipamento calibrador de pneus.	Calibrar pneus da frota desta Delegacia	0%	Não foi adquirido e instalado o equipamento
Dotar o Setor de Operações de Inteligência Policial SOIP de equipamentos necessários aos serviços desenvolvidos pelo Setor.	Proporcionar melhores levantamentos de dados de pessoas e objetos fim colacionar a prova por excelência destro dos autos.	0%	Não foi adquirido e instalado equipamentos suficientes
Desenvolver aplicação para o controle de senhas do ANEXO/SR/CE	São usados chamados por voz ou sirene	Atingida	Implantado o sistema de atendimento de estrangeiro e passaporte.
Desenvolver aplicação para o Livro de Plantão	Feito em editor de texto, sem segurança e padrão	Atingido	Foi implantado o SIGEPOL
Contratar serviço terceirizado em manutenção em informática	Para atender ao Estado do Ceará, há somente 3 servidores lotado no NTI	100,00%	EFETIVADA PELA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA LANLINK INFORMÁTICA LTDA.(Contrato nº 05/2013-SR/DPF/CE)
Criação de Canil e formação de guias e cães farejadores para atuação nos portos e aeroportos do Estado, bem como em outros locais necessários para a repressão ao trafico de drogas e outros delitos da alçada do DPF	Necessidade de utilização dessa ferramenta na repressão ao narcotráfico e outros crimes	Sim	Criação de Canil no Anexo da Sr/DPF/CE, chegada de 02 cães e formação de guia de 01 servidor.
Criação do Núcleo de Segurança Aeroportuária no Aeroporto	Implementar a rotina de segurança aeroportuária	Atingido	Criação do GSAER com o espaço físico estruturado.
Adquirir computadores, impressoras, Notebook para a Superintendência	Melhor aparelhamento da Superintendência	75%	Foram adquiridos 144 computadores, 01 servidor de rede.
Capacitar efetivo da DELEFIN/CE	Agregar conhecimento nas matérias afetas a repressão dos crimes de desvio de recursos públicos e crimes financeiros	50%	Não foi possível a capacitação de todos os servidores lotados na delegacia em razão de não ter havido cursos suficientes para possibilitar a presença de todo o efetivo. Contudo, foram fornecidos manuais e cartilhas como forma de difundir conhecimento.

2.4 Indicadores

Quadro A.2.3 – Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Unidade Jurisdicionada

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final***		
1	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na SR/DPF/CE (percentagem)	31/12/2006	111,36	120	120%	***74%***
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na DPF/JNE/CE(percentagem)	31/12/2006	93,06	120	120%	***53%***
TOTAL	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na UJ(percentagem)	31/12/2006	63,60	120	120%	***67%***
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Metodologia: Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais da Unidade Jurisdiscionada no exercício de 2012 e o total de inquéritos policiais instaurados nessas unidades em 2012 (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Quanto maior o índice, melhor.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O resulta demonstra o esforço da UJ em melhorar a sua produtividade.						

Fonte: COGER/DPF (dados extraídos do SINPRO e SISCART)

Meta prevista ao final do PPA, estabelecido conforme o Anexo I da Lei n° 11653/2008 (Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011)

Quadro A.2.4 - Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de Inquéritos Policiais na Unidade Jurisdicionada

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final*		
1	Prazo médio de Conclusão de Inquéritos Policiais na UJ (Portaria)	01/01/2006 a 31/12/2006	598	384	<70	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados (Índice divulgado pela Corregedoria Geral /DPF). Os números refletem o tempo MÉDIO, em dias, que as autoridades levaram para concluir os IPL's da unidade, desde a instauração até o relatório (excluem-se as cotas). Metodologia: O tempo para conclusão do IPL da unidade, em determinado ano, é a data do relatório subtraída da data da instauração, menos os períodos de movimentação externa. Quanto menor o índice, melhor. Exemplo: O IPL nº 555/2005 foi relatado em 05/05/2010. Foi instaurado em 05/05/2005. Teve 10 remessas à JF ou MPF, totalizando 500 dias fora do DPF. O tempo entre a instauração e o relatório foi de 1.826 dias (05/05/2010 - 05/05/2005) - 500 dias = 1.326 dias. Tempo para conclusão do IPL nº 555/2005: 1.326 dias.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O resulta demonstra o esforço da UJ em melhorar a sua produtividade.						

Fonte: COGER/DPF

Ìndice de referência do período de 01/01/2006 a 31/12/2006
* Meta prevista ao final do PPA, estabelecido conforme o Anexo I da Lei n° 11653/2008 (Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011)

Obs.: As estatísticas completas de cada Unidade encontram-se consolidadas na intranet da COGER, no link: http://intranet.dpf.gov.br/coger/servicos/estatisticas/estatisticas-de-policia-judiciaria/.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Aspectos do sistema de controle interno	**Avaliação**				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				**X**	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		**X**			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					**X**
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					**X**
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					**X**
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				**X**	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				**X**	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				**X**	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					**X**
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					**X**
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		**x**			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				**X**	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				**X**	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				**X**	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				**X**	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				**X**	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					**X**
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				**X**	
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				**X**	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				**X**	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				**X**	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				**X**	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					**X**
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					**X**
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				**X**	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				**X**	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				**X**	
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				**X**	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				**X**	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					**X**

Considerações gerais: Apesar da Unidade de Controle Interno não está formalizada, porém, a equipe está formada e realizando trabalhos nesta área, tais como análise da legalidade, legitimidade e economicidade da gestão e prestação de contas aos órgãos de controle interno e externo.

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

3.2 Sistema de Correição

A COR/SR/DPF/CE possui o Núcleo de Disciplina- NUDIS e o Núcleo de Correições – NUCOR.

O Núcleo de Disciplina possui as atribuições previstas no Artigo 228 da Instrução Normativa nº 13/2005 exceto o inciso IV, que não é recepcionado pela Constituição Federa“in verbis”:

> **Art. 228. Ao Núcleo de Disciplina compete:**
>
> **I - receber e registrar informações que noticiem irregularidades praticadas por servidores;**
>
> **II - instaurar sindicâncias, processos administrativos e disciplinares, bem como controlar seus prazos legais;**
>
> **III - elaborar portarias relativas a elogios e à aplicação de sanções disciplinares;**
>
> **V - escriturar, em ordem cronológica, dados nos livros de registros de sindicâncias, processos administrativos e disciplinares;**
>
> **VI - executar e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do Sistema SAD, na área de atuação da Superintendência;**
>
> **VII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Corregedor Regional.**

O Núcleo de Correições tem como atribuição prevista no artigo 229 da sobredita Instrução Normativa nº 13/2005 l“in verbis”:

Art. 229. Ao Núcleo de Correições compete:

I - executar o Plano de Correições Periódicas, bem como as atividades relacionadas aos procedimentos correcionais das delegacias especializadas e descentralizadas;

II - examinar autos de inquéritos policiais e termos circunstanciados, antes de serem remetidos à autoridade judiciária;

III - registrar, controlar e executar a tramitação dos procedimentos judiciários, o cumprimento de diligências e mandados expedidos por autoridades judiciárias e requisições expedidas pelo Ministério Público;

IV - controlar e fiscalizar os prazos legais relativos à instauração e à conclusão de inquéritos policiais, termos circunstanciados e investigações policiais preliminares,

V - elaborar pareceres relativos a conflitos de atribuição, suscitados pelas autoridades policiais, bem como o Relatório de Correições;

VI - avaliar o trabalho desenvolvido pelas autoridades policiais;

VII - executar e apoiar as ações para a gestão, implementação e articulação do SINPRO, na área de atuação da Superintendência;

VIII - dispor dos dados estatísticos referentes às atividades de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Corregedor Regional.

Resultados de 2012 do NUDIS - Relatório de Procedimentos Disciplinares da SR/DPF/CE

Período de 01 / 01 / 2012 a 31 / 12 / 2012

P R O C E D I M E N T O S I N S T A U R A D O S

Sindicância Investigativa 16 casos

Sindicâncias 1 caso

Processos Disciplinares 2 casos

Total de procedimentos instaurados 19 casos

P R O C E D I M E N T O S E M A N D A M E N T O

Sindicância Investigativa 4 casos

Sindicâncias 0 caso

Processos Disciplinares 1 caso

Total de procedimentos em andamento 5 casos

P R O C E D I M E N T O S E N C E R R A D O S (DECIDIDOS)

Sindicância Investigativa 15 casos

Sindicâncias 0 caso

Processos Disciplinares 6 casos

Total de procedimentos encerrados (decididos) 21 casos

RESULTADO DOS PROCEDIMENTOS ENCERRADOS (DECIDIDOS - Nº DE SERVIDORES)

Demissões 0 caso

Suspensões 3 casos

Advertências 0 caso

Cassação de aposentadorias 0 caso

Notas de culpa 0 caso

Absolvições 13 casos

Extinção de punibilidade (prescrição) 0 caso

Total de servidores 16 casos

D E C I S Õ E S R E V E R T I D A S

Reintegração administrativa 0 caso

Reintegração judicial 0 caso

Total de decisões revertidas 0 caso

E X P E D I E N T E S DE N A T U R E Z A D I S C I P L I N A R

Em análise 0 caso

Aguardando diligências 4 casos

Remetidas às corregedorias regionais 7 casos

Aguardando a instauração de PAD 0 caso

Aguardando a instauração de sindicância 0 caso

Arquivadas por falta de objeto 0 caso

Total de Expedientes 11 casos

3.5 Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A COR/SR/DPF/CE está em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU.

4.PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRA

4.1Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa
4.1.1 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO A.4.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Valores em R$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Conce-dente	Rece-bedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	30101		0612221122000			R$ 65.547,28
		30108		0612221122000			R$ 5.088.211,34
		30101		06181207014LI			R$ 8.000,00
		30909		0612520702679			R$ 201.535,00
		30108		0927200890181	R$ 25.295,25		
		30909		06181066214M4			R$ 376.006,81
		30909		06181207020IC			R$ 3.699,13
		30909		0618120702726			R$ 2.536.841,89
		30909		0642120702720			R$ 63.515,08
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		**UG**		**Classifica-ção da ação**	**Despesas de Capital**		
		Conce-dente	**Rece-bedora**		**4 – Investimentos**	**5 – Inversões Financeiras**	**6 – Amortização da Dívida**
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos	30108		0612221122000	R$ 118.112,00		
		30909		0618120702586	R$ 40.677,50		
		30909		0642120702720	R$ 770,00		
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: SIAFI

4.1.2 Execução Orçamentária da Despesa

4.1.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação
4.1.2.1.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.2 - Despesas por Modalidade de Contratação Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	Exercícios			
	2011	2012	2011	2012
Licitação				
Convite	**R$ 23.007,11**	**-**	**23.007,11**	
Tomada de Preços	**R$ 6.079,62**	**-**	**R$ 6.079,62**	
Concorrência	**-**	**-**	**-**	
Pregão	**R$ 4.042.693,67**	**R$ 3.864.457,43**	**R$ 4.042.693,67**	**R$ 3.678.389,14**
Concurso	**-**		**-**	
Consulta	**-**		**-**	
Contratações Diretas				
Dispensa	**R$ 361.790,53**	**R$ 584.354,61**	**R$ 361.790,53**	**R$ 576.536,01**
Inexigibilidade	**R$ 369.498,74**	**R$ 99.469,97**	**R$ 369.498,74**	**R$ 99.469,97**
Suprimento de Fundos				
Regime de Execução Especial	**R$ 112.683,39**	**R$ 116.618,27**	**R$ 112.683,39**	**R$ 116.618,27**
Suprimento de Fundos – Pequeno Vulto	**R$ 73.138,72**	**R$ 75.060,46**	**R$ 73.138,72**	**R$ 75.060,46**
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha[1]	**0,00**		**0,00**	
Diárias	**R$ 2.499.171,41**	**R$ 2.958.067,46**	**R$ 2.499.171,41**	**R$ 2.958.067,46**
Outros	**R$ 211.277,12**	**R$ 94.349,83**	**R$ 211.277,12**	**R$ 94.349,83**

Fonte: SIAFI
[1] O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

4.1.2.1.2 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro A.4.3 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos de movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
1 – Despesas de Pessoal	27.215,81	25.295,25		25.295,25	-			25.295,25
08 Outros Benefícios assistenciais	27.215,81	25.295,25		25.295,25	-			25.295,25
2 – Juros e Encargos da Dívida	-				-			
3- Outras Despesas Correntes	7.583.707,63	8.269.809,25	7.333.324,42	7.791.608,03	271.575,10	478.801,22	7.333.324,42	7.597.721,14
14 Diária – pessoal civil	2.495.771,92	2.958.067,46	2.495.771,92	2.958.067,46	-		2.495.771,92	2.958.067,46
30 Material de consumo	957.795,38	972.291,94	777.878,61	849.759,13	209.237,80	122.532,81	777.878,61	725.479,79
33 Passagens e despesas com locomoção	363.520,23	515.299,14	360.311,09	515.299,14	-		360.311,09	515.299,14
36 Outros serviços de terceiros – pessoa física	49.010,16	52.273,73	44.090,16	52.273,73	-		44.090,16	52.273,73
37 Locação de mão-de-obra	2.136.543,26	2.203.463,89	2.136.543,26	2.140.231,42		63.232,47	2.136.543,26	2.090.790,60
39 Outros serviços de terceiro pessoa jurídica	1.273.955,43	1.456.409,60	1.211.618,13	1.171.962,78	62.337,30	284.446,82	1.211.618,13	1.151,796,05
47 Obrig.Tribut. e Contr-Op. intra-orçamentarias	8.155,52	8.463,35	8.155,52	8.463,35	-		8.155,52	8.463,35
92 Despesas de exercícios anteriores	89.867,32	5.815,33	89.867,32	5.815,33			89.867,32	5.815,33

93 Indenizações e restituições	209.088,41	97.724,81	209.088,41	89.735,69		7.989,12	209.088,41	89.735,69

	DESPESAS DE CAPITAL							
	2011	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**	**2011**	**2012**
4 - Investimentos	**7.092.645,54**	**159.559,50**	**362.616,40**	**770,00**	**6.730.029,14**	**158.789,50**	**362.616,40**	**770,00**
51 Obras e instalações – Op. Int. Orc.	6.707.596,25		23.007,11		6.684.589,14		23.007,11	
52 Equip. E material permanente – Op. Intra Orc	385.049,29	159.559,50	339.609,29	770,00	45.440,00	158.789,50	339.609,29	**770,00**
5 - Inversões Financeiras	-		-		-		-	
6 - Amortização da Dívida	-		-		-		-	

Fonte: SIAFI

4.2.2.1.3 Analise Crítica

O acréscimo com despesas para pagamento de diárias ocorreu em razão das operações permanentes e conjuntas com outros órgãos, impactando também nas despesas com passagens e locomoção.
O acréscimo de despesas com passagens e locomoção também foi decorrente de aditivo para a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato do referido objeto, visando atender a IN º 7, de 24 de agosto de 2012 da SLTI/MPOG .
O referido normativo instituiu o modelo de contratação para prestação de serviços de aquisição de passagens aéreas nacionais e internacionais, com ênfase para a nova política de remuneração a ser praticada a partir de 01/10/2012, resultando no pagamento de comissão a empresa contratada.

Houve uma redução nos valores referentes a Despesa com Exercício Anterior em razão de gestões realizadas pela administração no sentido de evitar ou manter em nível mínimo os valores de DEA de 2011 para 2012, para não comprometer a cota orçamentária do exercício subseqüente com essas despesas.

Houve um aumento no valor de Outros serviços de terceiros pessoa jurídica o qual podemos destacar que ocorreram no exercício de 2012 duas novas contratações: a Manutenção Preventiva e corretiva dos elevadores e a Prestação de serviços continuados de telecomunicações de dados na forma de instalação, manutenção e operação de circuito de dados dedicado ponto a ponto.

A locação de mão de obra teve acréscimo em razão de repactuações nos contratos de terceirização referentes a manutenção predial, recepcionista, conservação e limpeza, vigilância e apoio.

A redução com despesas de indenização se deu em razão da transferência para o orçamento do Ministério da Justiça das indenizações pela entrega de armas.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.1.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.5.1 – Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Inscritos**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2009	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
2011				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Inscritos**	**Cancelamentos acumulados**	**Pagamentos acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2009	R$ 200.386,26	R$ 18.342,99	R$ 182.043,27	-
2010	R$ 690.595,58	-	R$ 681.425,70	R$ 9.169,88
2011	R$ 6.980.412,35	R$ 91.129,98	R$ 948.183,77	R$ 5.941.098,60

Fonte: SIAFI

5.1.2 Analise Crítica

Os processos de restos a pagar são gerados quando as despesas são empenhadas dentro do exercício financeiro, mas não foram pagas, por motivos diversos e alheio a vontade da administração, as vezes não recebemos sub repasse de financeiro em tempo hábil ou seja até 31/12 e alguns o serviços não foram executados dentro do exercício corrente. Quando a Nota fiscal chega ao NEOF é feita a liquidação da despesa no CPR e solicita a COF por meio Programação Financeira o sub-repasse, sempre damos prioridades ao pagamento dos restos a pagar.

A existência saldo de restos a pagar do exercício de 2011 ocorre tendo em vista Notas Retidas do contrato da empresa TECMAR

No ano de 2012 foi realizado o pagamento de restos a pagar inscritos em 2010 referente ao contrato de vigilância armada celebrado com a empresa Condor- Segurança Armada e Desarmada, o valor pago em 2012 foi realizado deposito judicial por ordem judicial.

Em 2011 temos um valor considerável inscritos em restos a pagar referente a obra de reforma do prédio da SR/CE, onde durante o ano de 2012 foram feitas 06 medições e pagas, porém ainda ficando um valor considerável em restos a pagar porque a empresa contratada paralisou a obra e não concluiu os serviços contratados.

Também foram inscritos em restos a pagar em 2011 o valor R$ 314.777,97 referente a reforma da Delegacia de Juazeiro do Norte/CE, esta reforma foi concluída durante o exercício 2012 e totalmente paga.

5.2 Suprimento de Fundos

5.2.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.2.1.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro A.5.2 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Valores em R$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
200393	SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO DPF NO CEARÁ		85.817,57	103.431,21	189.248,78
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		85.817,57	103.431,21	189.248,78

5.2.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo "B"

Não houve no exercício 2012 Suprimento de Fundos Conta Tipo "B"

5.2.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Cédito Corporativo

Quadro A.5.3 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R$ 1,00

Código da UG 1	200393	Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
FABIO VINICIUS MOURA DE CARVALHO	051.732.767-89	8.000,00	2.469,63	3.304,32	5.773,95
JOSÉ AGILMARIO DE MENESES.	073.120.243-00	2.500,00	524,00	940,00	1.464,00
LUIZ PÉRICLES GURGUEL MONTEIRO	073.340.793-53	6.000,00	560,00	409,36	969,36
FERNANDO HELIO CARACAS MADRUGA	112.761.423-15	6.000,00	1.388,00	201,46	1.589,46
JOSÉ JADSON MELO MOURÃO	167.196.033-53	39.000,00	9.554,69	25.118,59	34.673,28
FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS PEREIRA	168.868.873-00	18.500,00	7.163,34	7.092,21	14.255,55
EUGENIO ALENCAR BRAYNER	233.738.653-87		0,00	515,50	515,50
LUIS CLAUDIO ALVES AGUIAR	241.325.863-91	6.000,00	1.180,00	2.212,18	3.392,18
SIMONE CAVALCANTE DO NASCIMENTO XAVIER	283.982.703-49	4.000,00	155,00	2.567,37	2.722,37
ANA HAIDE SOMBRA RAMALHO	324.215.163-15	3.500,00	0,00	0,00	0,00
MARCIO FERNANDO CASTRO MASCARENHAS	327.999.343-15	7.000,00	986,00	3.936,50	4.922,50
JOSÉ CARLOS PIMENTEL	373.448.707-20	500,00	0,00	147,50	147,50
MARCOS ONETE FONTENELE MOREIRA	430.414.773-00	2.000,00	170,00	1.270,90	1.440,90
DANILO AGUIAR GOIS	804.494.333-15	7.000,00	660,00	764,80	1.424,80

MENDANÇA					
REGIME ESPECIAL DE EXECUÇÃO	200392	157.400,00	61.006,91	54.950,52	115.957,43
Total Utilizado pela UG			85.817,57	103.431,21	189.248,78

Fonte: SIAFI

5.2.1.4 Utilização da Conta Tipo "B" e do Cartão de Crédito Corporativo pela UJ

Quadro A.5.4 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo "B" e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Suprimento de Fundos					
Exercícios	**Saque**		**Fatura**		**Total (R$)**
	Quantidade	**(b) Valor**	**Quantidade**	**(c) Valor**	**(a+b+c)**
2012	246	R$ 85.817,57	68	R$ 103.431,21	R$ 189.248,78
2011	**247**	R$ 52.800,16	**56**	R$ 116.886,66	R$ 169.686,82
2010	**203**	R$ 81.723,08	**89**	R$ 105.088,79	R$ 186.811,87

Fonte: SIAFI

5.2.1.5 Prestação de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro A.5.5 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo "B" e CPGF)

Suprimento de Fundos						
	CPGF					
Situação	**2012**		**2011**		**2010**	
	Qtd.	**Valor**	**Qtd.**	**Valor**	**Qtd.**	**Valor**
PC Aprovadas	**32**	**R$191.678,73**	**43**	**R$185.822,11**	**68**	**R$173.561,68**

Fonte: SIAFI

5.2.1.6 Analise Crítica

Foram feitas gestões pelo NEOF - Núcleo de Execução Orçamentária para que todos os suprimentos de fundos concedidos no exercício de 2012 fossem prestados contas e aprovadas pelo Ordenador de despesa dentro do exercício.

Durante o exercício de 2012, visando a otimização do controle do Suprimento de Fundos e o cumprimento da legislação pertinente, antes da aprovação pelo Ordenador de Despesa da prestação de contas, os Conformista de Gestão e Contábil verificavam se a aplicação dos recursos estavam em conformidade com a legislação vigente e principalmente de acordo com a IN nº 49/2011-DG/DPF, que regulamenta a concessão, aplicação e comprovação de Suprimento de Fundos para custeio das despesas decorrentes das atividades peculiares ao Departamento de Polícia Federal, em Regime Especial de Execução. Quando da constatação de despesas em desacordo com a legislação, as contas somente foram aprovadas após o devido recolhimento pelo Suprido do valor da despesa indevida.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Os itens relativos à: Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos, Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos, Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registro e Comunicação são de competência do órgão central.

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da União Jurisdicionada

6.1.1.1 Situações que reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.1 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	03
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Gradução Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De oficio, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	01

4.2. Capacitação	08
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	**09**
Fonte: SIAPE	

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro A.6.2 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ Situação em 31/12

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	04	04		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	22	22		
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	26	26		
Fonte: SIAPE				

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

Quadro A.6.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Percentual de pessoas por nível de escolaridade								
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			0,21%	0,64%	28,54%	64,81%			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						0,86%			
2.3. Funções gratificadas						4,94%			
3. Totais (1+2)			**0,21%**	**0,64%**	**28,54%**	**70,61%**			

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

FONTE: SIAPE

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Valores em R$ 1,00

Quadro A.6.4 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2012	57.163.426,71	6.287,30	4.822.748,26	2.032.463,19	1.567.577,98	2.005.999,59	540.718,96	1.143,25	520.374,58	68.660.739,82
	2011	56.093.909,30	6.318,00	4.696.616,27	2.001.875,27	1.542.849,99	1.882.271,08	120.081,38	-	433.418,91	66.777.085,20
	2010	56.600794,54	6.185,96	4.681.959,82	2.048.477,44	1.530.867,42	1.070.218,39	102.342,32	2.755,56	389.936,40	65.433.537,35
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012										
	2011										
	2010										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	886.491,90	72.419,56	64.063,55	35.719,27	13.680,00	9.543,99	2.220,00	410,71	1.444,52	1.085.993,50
	2011	709.193,52	48.789,04	126.336,57	27.959,00	10.640,00	12.363,96	1.255,67	-	4.080,90	940.618,66
	2010	954.591,36	76.189,32	106.002,04	28.344,26	14.592,00	60.803,00	888,00	-	12.279,03	1.244.689,01
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	4.202.728,48	71.885,42	347.103,28	111.046,57	81.743,04	173.151,37	6.466,79	-	38.001,71	5.032.126,66
	2011	4.301.050,34	74.535,02	363.364,43	138.355,29	78.814,64	189.336,58	9.345,61	-	40.057,96	5.194.859,87
	2010	4.454.637,78	70.743,60	376.507,07	149.065,00	81.798,31	145.275,15	7.696,00	-	37.721,54	5.323.444,45

Fonte: DPAG/CRH/DGP/DPF

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentaria

Quadro A.6.5 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	243	13
1.2 Compulsória		
1.3 Invalidez Permanente	27	02
1.4 Outras		
2. Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsória		
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		
3. Totais (1+2)	270	15
Fonte: SIAPE		

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.6 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado		
1.1. Integral	91	01
1.2. Proporcional		
2. Em Atividade		

3. Total (1+2)	91	01
Fonte: SIAPE		

6.1.5 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Não constam indicadores desenvolvidos no âmbito deste SRH/SR/DPF/CE, haja vista que a sede deste órgão detém todas as informações e que os índices de rotatividade, absenteísmo, desempenho, demandas trabalhistas e outros não são de competência deste SRH uma vez que não há parâmetros para tais indicadores. E o órgão Central ainda não desenvolveu esses indicadores.

6.2. Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.7 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Ceará														
UG/Gestão: 200392/200393					**CNPJ:** 00.394.494/0023-41									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Nat.**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2011	(L) Interna – 9.353,15 Externa – 13.241,84 Envidraçada - 709,49	O	03/2011	00.274.215/0001-09	15/09/11	14/09/13	32	32	-	-	-	-	P
2010	(V) (8 postos)	O	Nº 07/2010	06.315.190/0001-12	01/07/10	31/12/12	15	15	-	-	-	-	E
Observação:														
LEGENDA: **Área**: (L) Limpeza e Higiêne; (V) Vigilância Ostensiva **Natureza**: (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade**: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato**: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Fonte: Setor de Contratos SR/DPF/CE														

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Orgão

Quadro A.6.8 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão-de-obra

Unidade Contratante														
Nome: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Ceará														
UG/Gestão: 200084/200392/200393					**CNPJ:** 00.394.494/0023-41									
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	**Área**	**Nat.**	**Identificação do Contrato**	**Empresa Contratada (CNPJ)**	**Período contratual de execução das atividades contratadas**		**Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados**						**Sit.**
							F		**M**		**S**		
					Início	**Fim**	**P**	**C**	**P**	**C**	**P**	**C**	
2010	1	O	Nº 07/2010	06.315.190/0001-12	01/07/10	31/12/12	15	15					E
2008	5	O	Nº 17/2008	07.783.832/0001-70	02/06/08	01/06/13	2	2					P
2008	8	O	Nº 17/2008	07.783.832/0001-70	02/06/08	01/06/13	3	3					P
2008	4	O	Nº 17/2008	07.783.832/0001-70	02/06/08	01/06/13	2	2	-	-	-	-	P
2012	5	O	Nº 09/2012	09.019.150/0001-11	16/04/12	15/04/13	-	-	26	26	-	-	P
2008	5	O	Nº 21/2008	02.196.969/0001-05	15/10/08	31/04/12	-	-	38	31			E
2008	8	O	Nº 18/2008	06.234.467/0001-82	04/06/08	03/06/13	3	3	-	-	-	-	P
2008	5	O	Nº 22/2008	07.783.832/0001-70	15/10/08	14/10/13	-	-	2	2	-	-	P
Observação:														
LEGENDA **Área:** 1. Segurança 2. Transportes; 3. Informática 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; **Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.														

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Setor de Contratos SR/DPF/CE

6.2.6 Composição de Quadro de Estagiários

Quadro A.6.9 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	**Quantitativo de contratos de estágio vigentes**				**Despesa no exercício** (em R$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio	39	42	42	39	78.183,72
2. Nível Médio					
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	39	42	42	39	78.183,72

Fonte: SIAPE

7.GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

O item Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros não se aplica a essa Superintendência.

7.1 Gestão De Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

a) IN nº 03/2009 - DG/DPF Disciplina a classificação, identificação, licenciamento, responsabilização e controle de uso dos veículos do DPF e dá outras providências (Revoga a Instrução Normativa No. 018/2005-DG/DPF, de 11 de agosto de 2005). A IN 34/2010 acrescentou o art. 5-A, incluiu dispositivo ao art. 16 e alterou o art. 23.

b) A frota de veículos do DPF é essencial e de extrema importância para garantir as atribuições da Polícia Federal podendo-se visualizar este fato na execução de operações que demanda a pronta mobilidade do efetivo, seja para operações de grande, médio e pequeno porte.
Também os trabalhos de investigações veladas, entrega de intimações, rotinas de trabalho da atividade meio dependem da frota de veículos que, quando deficitária impactam negativamente no desempenho das atribuições.
c) O quantitativo da frota é considerado pelo órgão Reservado.

d) Média anual de quilômetros rodados.

Carga= 2.500 Km

Passageiros= 6000 Km

Utilitários= 19.000 Km

Automóveis= 16.000 Km

e) Idade média da frota

CARGA =12 anos

PASSAGEIROS= 6 anos

UTILITÁRIOS= 4 ANOS

AUTOMÓVEL= 6 anos

f) Custos

1) Combustível: R$ 293.349,55

2) Seguro obrigatório: 7.931,02

3) Peças: 249.998,37

4) Serviços: 24.681,65

h) RAZÕES DE ESCOLHA DA AQUISIÇÃO

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Ceará não realiza aquisição de viaturas sendo feita de forma centralizada em Brasília/DF.

I) ESTRUTURA DE CONTROLE

A SR/DPF/CE através de contrato celebrado com a Empresa TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA tem a sua disposição relatórios gerenciais e operacionais informatizados para cada veículo, contendo: placa do veículo, modelo, quantidade de combustível, tipo de combustível, hodômetro no momento do abastecimento, relação Km/l, local, hora e data de cada abastecimento.

Além deste instrumento de controle, dispomos também de outro desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI/SR/DPF/CE, denominado Sistema de Gerenciamento e Controle de Viaturas.
Este sistema permite o controle de entrada e saída, quilometragem inicial e final com data e hora da saída e retorno da viatura.
Viabiliza o controle de troca de óleo lubrificantes e outros itens referentes a manutenção corretiva e preventiva.

7.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.7.1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		**QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA POLÍCIA FEDERAL NO CEARÁ**	
		EXERCÍCIO DE 2011	**EXERCÍCIO DE 2012**
BRASIL	**CEARA**	01	01
	FORTALEZA	01	01
Total Brasil		01	01

Fonte: SIAFI e SELOG

7.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis sob a responsabilidade da UJ

QUADRO A.7.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO CEARÁ.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200392	138900027.500-6	13	4	*	25/03/11	12.283.734,35	428712,57	200737,26
Total							629449,83	

* Não consta no SIAFI o valor histórico

Fonte: SIAFI e SELOG

Análise Critica:

No imóvel informado, localizado na Rua Dr. Laudelino Coelho, 55 - Bairro de Fátima, Fortaleza/CE, com área construída de 5.033,44m², e encravado em um terreno de 4.008,12m², com 35 anos de construído, e composto de dois pavimentos, além do térreo e subsolo, está instalada a Sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Ceará.

O valor da despesa com a sua manutenção refere-se a 6,73% do valor contratado para reforma qual seja R$ 6.369.811,17. A contratação se deu através da Concorrência nº 01/2011-SR/DPF/CE, originando o Contrato nº 02/2012, celebrado com a Empresa MACROBASE ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 04.489.620/0001-97.

A obra atualmente está paralisada em virtude de pedido de Recuperação Judicial interposto pela empresa na 1ª Vara de Recuperação de Empresas e Falência da Comarca de Fortaleza/CE.

Quanto ao valor da despesa com manutenção das instalações refere-se a dois contratos: um de manutenção das instalações elétricas e o outro da contratação de bombeiro, pintor e marceneiro para atender às demandas relacionadas a manutenção predial bem como adequação de espaços com usos de divisórias.

Em 25/03/2011, a Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Ceará realizou a avaliação do Edifício Sede, que terá prazo de validade de 24 meses, portanto até 25/03/2013.

Existem outros imóveis utilizados pela Polícia Federal no Ceará onde funcionam a Delegacia de Polícia Federal em Juazeiro do Norte/CE, Anexo a Superintendência, Posto Avançado de Sobral/CE e a DEPOM-Delegacia Especial de Polícia Marítima, conforme especificações a seguir:

Quadro A.7.3 – Outros Imóveis de funcionamento da Unidade

Unidade	Endereço	Tipo de disponibilização
Delegacia de Policia Federal de Juazeiro do Norte/CE	Rua Interventor Erivano Cruz, nº 50 - Bairro Matriz – Juazeiro do Norte/CE	Cessão de uso com o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará
Anexo a Superintendência	Rua Paula Rodrigues, nº 304 – Bairro de Fátima - Fortaleza/CE	Acordo de Cooperação Técnica com o Governo do Estado
Posto Avançado de Sobral	Av. Dr. Guarany, 98 - Bairro Derby Club - Sobral/CE	Disponibilizado pela Prefeitura de Sobral através de locação com particular.
DEPOM/SR/DPF/CE	Rua Amigos da Marinha, S/N – Mucuripe - Fortaleza/CE	Cessão de uso com a Companhia Docas do Ceará

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	**Avaliação**				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.			x		
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			x		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			x		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				x	
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? Exemplo: Na aquisição de pneus exigência que os licitantes sigam as determinações da ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE PNEUS E AROS; Contratação do serviço manutenção de ap de ar condicionado obedecer às disposições da Resolução CONAMA n° 340, de 25/09/2003					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).			x		
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.			x		
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	**Sim ( )**		**Não ( )**		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	x				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					x
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				x	

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação				
Licitações Sustentáveis		**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.		**x**				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?						
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.		**x**				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?						
Considerações Gerais:						

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

FONTE: Setor de Licitação SR/DPF/CE

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Não há nessa Unidade Jurisdicionada política adotada visando estimular o uso racional de papel, energia elétrica e água. Entretanto, quanto ao consumo de papel, o sistema de gerenciamento de estoque (e-Log) disponibiliza uma média de consumo de papel por setor, informando situações pontuais de requisição acima da média, ficando a liberação discricionária a cargo do gestor.

Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	**Ano**	**Resultados**
Coleta Seletiva Solidária	2008	Durante o exercício de 2012foi distribuído material reciclável, predominantemente papel, as instituições (associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis) escolhidas por sorteio para o período de Agosto de 2011 a Julho de 2013, havendo rodizio semestral das instituições. O recolhimento do material ocorre na medida em que haja disponibilidade no órgão de material reciclável.

Recurso Consumido	**Quantidade**			**Valor**		
	Exercícios					
	2012	**2011**	**2010**	**2012**	**2011**	**2010**
Papel *	2.400	2.200	2.200	R$22.896,00	R$ 32.560,00	R$ 24.200,00
Água **	9.792	10.380	13.176	R$ 52.802,20	R$ 53.710,10	R$ 78.522,99
Energia Elétrica ***	1.175.565	1.163.656	1.310.400	R$ 512.432,80	R$ 518.183,55	R$ 636.027,75
			Total	R$ 588.131,00	R$ 604.453,65	R$ 738.750,74

Fonte: SELOG

* Quantidade resma

**Quantidade m³

***Quantidade em Kwh

9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

Não houve, durante o exercício de 2012 Deliberações do TCU e do OCI. Portanto, não há informação de deliberações atendidas e pendentes de atendimento ao final do exercício.

Quanto ao item Informação Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna não se aplica ao DPF

9.1 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida Na Lei 8.730/93

9.1.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.9.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	**Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93**	**Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR**		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	**Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função**	**Final do Exercício Financeiro**
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	27	-	27
	Entregaram a DBR	27	-	27
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: SRH

9.1.2 Análise Crítica

- Todos cumpriram com a obrigação de entrega DBR (Declaração de Bens e Rendas) ou autorização.

- Todos os anos, após a entrega da DBR na Receita é feita apuração no SRH/CE a fim de constatar se todos entregaram a DBR ou autorização.

- As DBR são guardadas em envelopes como sigilosos, porém 90% dos servidores entregam a declaração.

9.2 Modelo de Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SINCONV

9.2.1 Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG E SINCONV

QUADRO A.9.2 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **ANDREA FARIAS CARLOS**, CPF n° **525.184.773-49,** Administrador, exercido na Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Fortaleza/CE, 25 de FEVEREIRO de 2013.

ANDREA FARIAS CARLOS

CPF: 525.184.773-49

Administrador

Gestor de Contratos da SR/DPF/CE

9.3 Informações sobre as providências adotadas para atender as deliberações exaradas em Acórdãos do TCU

Providências adotadas para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório

Em atendimento ao item 9.1.3 do Acórdão 1.449/12 – TCU Plenário, que determina a inclusão de item específico nos Relatórios de Gestão de 2012 a 2016 versando sobre as providências adotadas pelo DPF para regularizar a terceirização de serviços relacionados ao controle migratório (consoante as disposições do Decreto 2271/97 e as determinações descritas nos subitens 9.1.1 do citado Acórdão, abaixo transcrito), informa-se que a Direção-Geral do DPF expediu ao Tribunal de Contas da União o Ofício 885/2012-GAB/DG/DPF, de 20 de dezembro de 2012, que encaminhou o Plano de Ação, no qual constam informações quanto às ações, aos prazos e aos responsáveis pelas medidas necessárias ao cumprimento do disposto na decisão do egrégio Tribunal.

> *"9.1.1 elabore e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência, plano de ação para regularizar a terceirização de serviços relacionados diretamente ao controle migratório, de modo a substituir, gradualmente e sem prejuízo à continuidade do serviço, os terceirizados que executam tarefas típicas de controle migratório por servidores do seu quadro permanente, porquanto se trata de atividade tipicamente finalística desse órgão, cuja terceirização é vedada nos termos do art. 1º, § 2º, do Decreto nº 2271/97; (...)"*

Em atendimento ao constante do item 9.1.2 do referido acórdão, informar-se que durante o exercício de 2012 foi observado nível mínimo de supervisão dos terceirizados nos serviços de controle migratório, por esta Unidade Jurisdicionada, conforme a proporção indicada pela Coordenação-Geral de Polícia de Imigração - CGPI

10.INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

10.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

10.1.1 Depreciação, Amortização Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

A Unidade jurisdicionada está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, ou seja, registro da depreciação, amortização e exaustão, assim como a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

A metodologia adotada para estimar a vida útil (utilidade esperada do ativo para a entidade) econômica do ativo buscou as características particulares da utilização desses bens pela SR/DPF/CE, conforme a seguir:

I - Inicialmente verificou-se o tempo pelo qual o ativo manterá a sua capacidade para gerar benefícios futuros para o ente (SR/DPF/CE).

II - Foram observados os aspectos técnicos referentes ao desgaste físico e a obsolescência do bem (A utilização ininterrupta do bem pode abreviar a sua vida útil).

III - A estimativa da vida útil do ativo foi realizada com base na experiência da entidade com ativos semelhantes.

IV - Os bens adquiridos antes de janeiro de 2010 foram submetidos aos procedimentos eleitos pela macrofunção 02.03.30, quais sejam: reavaliação ou redução ao valor recuperável. Entende-se como Reavaliação a adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil; redução ao Valor Recuperável (*impairment*) é o ajuste ao valor justo ou valor em uso do bem, quando esses forem inferiores ao valor líquido contábil. (Definição encontrada no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Volume II Procedimentos Contábeis Patrimoniais).

Foram formadas **Comissões** a fim de realizarem a reavaliação e/ou a redução ao valor recuperável. Ao fim do trabalho de reavaliação e/ou a redução ao valor recuperável, a comissão elaborou LAUDO DO TESTE DE RECUPERABILIDADE (Reavaliação/Redução), previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – Volume II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, que conterá, ao menos, as seguintes informações:

1) Documentação com descrição detalhada de cada bem avaliado;

2) A identificação patrimonial (tombamento) e contábil do bem;

3) Critérios utilizados para o teste de recuperabilidade (reavaliação/redução) e sua respectiva fundamentação;

4) Vida útil remanescente do bem;

5) Data do teste de recuperabilidade (reavaliação/redução); e

6) A identificação do responsável pela reavaliação e/ou a redução ao valor recuperável.

O mercado local foi a fonte de pesquisa para determinação do valor do bem.

No caso de não ter sido encontrado o bem no mercado foi usado como parâmetro um bem similar que esteja à venda, respeitada a proporcionalidade do valor.

No caso da não existência de bem similar no mercado foi estimado o seu valor de revenda,

respeitada a deteriorização física (o estado visual e detalhes que possam ser perceptíveis ao leigo), os desgastes de uso e a obsolescência do bem.

O bem considerado inservível para o DPF recebeu uma das classificações abaixo e submeteu-se aos procedimentos previstos no Decreto 99.658, de 30 de outubro de 1990, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material:

a) Ocioso: quando, embora em perfeitas condições de uso, não tiver proveito para o Órgão;

b) Recuperável: quando sua funcionalidade puder ser restaurada com dispêndio até cinqüenta por cento de seu valor de mercado;

c) Antieconômico: quando sua manutenção for onerosa e/ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsoletismo;

d) Irrecuperável: quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido a perda de suas características ou em razão de inviabilidade econômica de sua recuperação.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, ou seja, registro da depreciação, amortização e exaustão, assim como a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público, refletem mudanças na contabilidade do setor público ocorridas com vistas à promoção da melhoria da informação contábil, qual seja, ***apresentar a real situação patrimonial de um ente considerado, da forma mais fidedigna possível.***

10.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

10.2.1 Declaração com Ressalva

Quadro A.10.1 – Declaração do Contador

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação Completa (UJ):	**Código da UG:**
SUPERINTENDÊNCIA NO ESTADO DE CE– SR/CE/DPF	**200392 - 200393**
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO**, em relação à UG 200392, no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI. Para a emissão da declaração foram considerados os seguintes critérios: - a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; - o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e - a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.	
Brasília/DF	**Data: 13/02/2012**
Contador Responsável: **GLADSTON GUIMARÃES NAVES**	 **CRC nº DF-12534/O-8**

11. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

11.1 – Atividades de polícia judiciária

11.1.1 Operações policiais de destaque

1- Polícia Federal apreende cerca de meia tonelada de maconha;

2- Assinatura do contrato da reforma da Sede da Polícia Federal no Estado do Ceará;

3- Polícia Federal apreende mais de 100kg de cocaína em Fortaleza;

4- Polícia Federal apreende 40 kg de maconha em Fortaleza;

5- Romeno é preso com cocaína no aeroporto de Fortaleza;

6- Polícia Federal prende quatro homens suspeitos de clonar cartões em Fortaleza

7- Mulher é presa por tentar fraudar a Caixa Econômica Federal;

8- Polícia Federal apreende 70kg de Maconha;

9- Operação Falácia no combate a crimes financeiros;

10- Polícia Federal apreende Cocaína em Aeroporto;

11- Polícia Federal prende homem com 11kg de cocaína;

12- Polícia Federal apreende maconha em Fortaleza;

13- Polícia Federal prende dois estrangeiros com 236 fósseis no Ceará;

14- Quatro pessoas são presas com mais de 200kg de maconha;

15- Polícia apreende 20kg de cocaína em Fortaleza;

16- Polícia Federal no Ceará realiza Curso de Interdição em Aeroportos;

17- Polícia Federal apreende mais de 44kg de cocaína;

18- Polícia Federal prende quadrilha especializada em furtos a caixas eletrônicos;

19- Três pessoas presas com mais de 25kg de cocaína em Fortaleza;

20- Polícia Federal deflagra Operação Minotauro contra tráfico ode entorpecentes;

21- Balanço da Operação Minotauro;

22-Polícia Federal incinera mais de 2,4 toneladas de drogas no Ceará;

23- Polícia Federal apreende ecstasy e haxixe no aeroporto de Fortaleza;

24- Cinco presos com mais de 20kg de cocaína;

25- PF desarticula quadrilha especializada em assalto a bancos no Ceará;

26- Operação Transparência prende 11 pessoas por fraude eleitoral;

27- Operação Carius: PF investiga políticos envolvidos em tráfico de drogas;

28- PF deflagra Operação Trairi Limpo 3 para combater crime eleitoral no Ceará;

29- Franceses presos em Fortaleza com cocaína.

11.1.2 Estatísticas da Perícia Criminal e Papiloscopia.

Quadro A.11.1 - QUADRO PERÍCIA

Área de Exame	Unidade	
	UTEC/JNE	**SETEC/SR/DPF/CE**
Perícias Contábeis e Financeiras		39
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais		44
Perícias de Engenharia	8	15
Perícias de Informática		199
Perícias de Local		34
Perícia de Medicin a e Odontologia Forense		21
Perícias de Meio Ambiente	1	17
Perícias de Química Forense	19	239
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	4	25
Perícias de Veículos		43
Perícias Documentoscópicas	1	108
Perícias Eletroeletrônicas	1	20
Perícias Merceológicas		49
TOTAL GERAL	34	853

Dificuldades enfrentadas para atividades realizadas no exercício de 2012:

Casa de Gases

Tendo em vista que a Casa de Gases se encontra desativada por conta da reforma do prédio da SR/DPF/CE, está prejudicando as análises químicas em produtos farmacêuticos e medicamentos, sendo as amostras encaminhadas para exames no INC/DF, haja vista o cromatógrafo se encontrar também desativado, em razão da ausência dos gases. Há necessidade urgente da reconstrução da Casa de Gases para alimentar o cromatógrafo instalado no laboratório de análise físico química do SETEC/CE e não prejudicar o seu funcionamento, em razão de estar um longo período parado.

Dificuldades na área 1 (Grupo de Perícias Contábeis e Financeira)

1) Quase a totalidade dos exames na área 1 (contábil-financeira), inclusive na triagem preliminar do material recebido, demanda análise de expressiva quantidade de documentos e realização de exames complexos e demorados.

2) Documentação enviada insuficiente para atender a solicitação, ocasionando exaustiva análise do material e posterior devolução, sem que haja a elaboração de Laudo.

3) Frequentemente é encaminhada demanda de perícia sem elaboração de quesitos ou com quesitos genéricos do tipo "há alguma irregularidade na documentação apresentada?" ou "averiguar a regularidade das contas do FUNDEB no município XXX no ano 2XXX". Esse fato ocorre, principalmente, quando há prestação de contas relacionada a processo licitatório ou em relatórios do TCU ou CGU e não está explícito o fato específico que deve ser examinado.

4) Quesitos voltados aos aspectos legais do tipo "há ocorrência de crime?" ou "há indícios de ocorrência do crime de lavagem de dinheiro?". Este tipo de quesitação não envolve aspectos técnicos e não deve, portanto, ser respondido pelo perito e sim pelo condutor do inquérito.

5) Envio fragmentado à perícia do material encaminhado pelas instituições financeiras (extratos, cópias de documentos, etc), ocorrendo por parte do condutor do inquérito, frequentemente, o encaminhamento dos extratos de um determinado Banco após a elaboração do Laudo inicialmente solicitado, ocasionando Laudo complementar com a mesma complexidade do primeiro, duplicando o trabalho para atender a demanda.

6) Poucos Peritos na área para atender a demanda de laudos contábil-financeiros e estes ainda têm que atender demandas de perícias em outras áreas (exames de local, teste preliminar de drogas, etc). Recentemente foi removido o PCF MARCELO DA SILVA CRISTINO para o INC/DITEC/DPF.

Dificuldades na área 7 (Grupo de Perícias de Engenharia Legal)

1) Quase a totalidade dos exames na área 1 (contábil-financeira), inclusive na triagem preliminar do material recebido, demanda análise de expressiva quantidade de documentos e realização de exames complexos e demorados.

2) Documentação enviada insuficiente para atender a solicitação, ocasionando exaustiva análise do material e posterior devolução, sem que haja a elaboração de Laudo.

3) Frequentemente é encaminhada demanda de perícia sem elaboração de quesitos ou com quesitos genéricos do tipo "há alguma irregularidade na obra?" ou "atestar as irregularidades apontadas pelo TCU". Esse fato ocorre, principalmente, quando há prestação de contas relacionada a processo licitatório ou em relatórios do TCU ou CGU e não está explícito o fato específico que deve ser

4) Grande numero de pendências (35, atualmente) e poucos Peritos (apenas 2) efetivamente elaborando Laudos de Engenharia. O prazo de atendimento dessas pendências (todas as 35) é de 18 meses. Esse é sem dúvida o maior problema atual, que acarreta demora no atendimento. Vale ressaltar que já houve 4 PCF´s da área de Engenharia Civil lotados neste SETEC.

5) Ausência de estagiário para ajudar na elaboração de tabelas e outros serviços auxiliares a confecção do Laudo.

6) Algumas demandas são extremamente trabalhosas e dependem muitas vezes de exames laboratoriais que não são realizados no DPF. São os casos das demandas de casos do DNIT.

Quadro A.11.2 - QUADROS PAPILOSCOPIA:

I -Consultas ao sistema de informações criminais:

Unidade	**2012**
SR/DPF/CE	6.760
DPF/JNE/CE	500
TOTAL	**7.260**

II- Inclusões de Prontuários de identificação criminal:

Unidade	**2012**
SR/DPF/CE	980
DPF/JNE/CE	113
TOTAL	**1.093**

III- Emissões de folhas de antecedentes criminais:

Unidade	**2012**
SR/DPF/CE	1.050
DPF/JNE/CE	113
TOTAL	**1.163**

11.2 - Atividades de polícia administrativa

11.2.1. Imigração e Passaporte:

Quadro A.11.3 – Quadros Imigração e Passaporte

a) solicitações de confecção de passaportes durante o ano de 2012:

Unidade	Quantidade
SR/DPF/CE	34.555
DPF/JNE/CE	1.647
TOTAL	**36.202**

b) requerimentos de fluxo migratório internacional, pedidos de registro, naturalização e permanência de estrangeiros, além de ocorrências de documentos de viagem:

Unidade	Quantidade
SR/DPF/CE	7.404
DPF/JNE/CE	95
TOTAL	**7.499**

c) estação SINPA (01 computador, 01 impressora e periféricos) para as demandas de passaportes dos municípios que compõem a circunscrição e cada Unidade:

Unidade	Quantidade	Municípios atendidos
SR/DPF/CE	05	130
DPF/JNE/CE	01	54

11.2.2. Comissão de Vistoria de Segurança Privada.

Quadro A.11.4 – Quadro Comissão de Vistoria de Segurança Privada

Atividade	**Quantidade/Unidade**	
	SR/DPF/CE	**DPF/JNE/CE**
Autorização de empresas novas	06 (R$ 1.952,52)	0
Alteração de atos constitutivos	12 (R$ 187,28)	01
Autorização compra de armas e munição e material de recarga	75 (R$ 187,28)	04
Revisão de autorização de funcionamento de empresa de segurança privada ou de segurança orgânica	28 (R$1.064,10)	08
Vistorias das instalações de empresa de segurança privada ou seg.orgânica	46 (Certificado de segurança R$ 468,20)	04
Autorização para compra de coletes	45	0
Autorização de mudança uniforme ou inclusão de novo uniforme	06 (R$ 187,28)	0
Encerramento de empresas autorizadas	-	0
Encerramento de empresas não autorizadas	-	05
Cadastramento GESP	16	0
Requerimento para expedição de carteira de vigilante	4354	Prejudicado, feito pelo GESP
Reciclagem/extensão de vigilantes	8360	1.130

Registro de certificado de formação de vigilantes	6004	675
Solicitação de vistoria de veículos de transporte de valores	103	11
Solicitação de renovação do certificado de vistoria de transporte de valores	113	11
Vistoria de veículos especiais de transporte de valores	107	11
Autorização para transporte de armas e munição	514 (R$ 106,41)	0
Autos de infração*	62	02
Requerimento de vistoria de estabelecimentos financeiros por agência/posto	409	93
Requerimento de vistoria de estabelecimentos financeiros por agência/posto (1ª Portaria)	136	08
Fiscalização de estabelecimento financeiro por agência/posto	479	101
TOTAL ARRECADADO (APROXIMADAMENTE) EM R$	**1.029.433,93**	**126.207,26**

Dificuldades enfrentadas para atividades realizadas no exercício de 2012:

–Foram realizados e executados 05 Planos Operacionais para fiscalização de agências bancárias no interior do Estado do Ceará. A quantidade de agências e outros procedimentos relativos a esta delegacia estão diluídos na planilha acima;

–As maiores dificuldades que enfrentamos para a execução dos trabalhos são : Efetivo insuficiente para a demanda da circunscrição desta Delesp (Atualmente contamos com 01 DPF, 01 EPF, 1 ADM e 06 APF's); Aumento do quantitativo de agências bancárias; Movimento Paredista deflagrado pelos APF's, EPF's e PPF's; Requisição de servidores desta Delesp para participar de operações e/ou apoio a outras Delegacias desta SR; Falta de recursos financeiros para pagamento de diárias, pois além das vistorias bancárias, faz-se necessário uma fiscalização rotineira para o combate de empresas clandestinas, de empresas regulares com filiais e ou postos de serviço espalhados pelo estado;

Em comparação com o ano de 2011, mesmo com toda as dificuldades, tivemos aumento em quase todos os indicativos verificados acima, inclusive no total da arrecadação, que superou em mais de R$ 200.000,00.

11.2.3 – Controle de Armas de Fogo

Quadro A.11.5 – Quadro Controle de Armas de Fogo

Atividade	**Quantidade/Unidade**	
	SR/DPF/CE	**DPF/JNE/CE**
Analise de Processos de Autorização para aquisição/transferência de arma de fogo	400	AQUISIÇÃO = 17 PROCESSOS TRANSFERENCIA = 05 PROCESSOS

Análise de Processos de Autorização para porte de arma de fogo	135	11
Emissão de certificados de registro de arma de fogo	3551	EMISSÃO = 11 PROCESSOS RENOVAÇÃO = 145 PROCESSOS
Inclusão de ocorrência de extravio/perda de arma de fogo	72	02 PROCESSOS
Inclusão de ocorrência de furto/roubo de arma de fogo	366	01 PROCESSO
Armas recolhidas na campanha nacional de Desarmamento	215	Inf SR/DPF/CE
Atendimento ao público (média diária	40	15
Inclusão de armas de fogo apreendidas	355	36
Total de armas encaminhadas ao Exército	114	Inf SR/DPF/CE

11.2.4 – Controle de Produtos Químicos

Quadro A.11.6 – Quadro Controle de Produtos Químicos

Atividade	**Quantidade/Unidade**
	SR/DPF/CE
Processos para emissão de Certificado de Registro Cadastral de Produtos Químicos	82
Processos para emissão de Certificado de Licença de Funcionamento de Produtos Químicos	213
Inspeções Prévias Para Emissão de Certificado de Registro Cadastral de Produtos Químicos	96
Fiscalização de Empresas referente ao cometimento de infrações Administrativas referente à Produtos Químicos	-

11.3 Atividades da Delegacia de Juazeiro do Norte/CE

11.3.1OPERAÇÕES REALIZADAS EM 2012

Quadro A.11.7 – Quadro Operações Delegacia de Juazeiro do Norte/CE

Nome das Operações Realizadas	RESUMO
Jardim do Édem	Desvio de recursos públicos (Jardim e Várzea Alegre)
Novo Cangaço	Assalto a bancos
Anzol	Eleitoral
Crédito Amigo	Desvio de recursos do BB – Agência Barro/CE
Quinamuiu	Tráfico de drogas
Rochedo	Assalto a bancos
Mondrongo	Assalto a bancos
Dionísio	Tráfico de Drogas

11.3.2 APREENSÕES

Quadro A.11.8 – Quadro Apreensões Delegacia de Juazeiro do Norte/CE

PRODUTO	2011	2012
ENTORPECENTES (GRAMAS)	235.269,94	167.107,90
VEÍCULOS	11	09
ARMAS	16	2
CÉDULAS FALSAS (EM CÉDULAS)	70	306
MOEDA REAL	36	4.180
CARTUCHOS (MUNIÇÃO)	82	8
CIGARROS (PACOTE)	13	8
DIVERSOS (MÍDIA, DOCS. RUPOAS, MÁQUINAS, TELEFONES, MATERIAIS DIVERSOS, ELETRÔNICOS)	1.026	358
MEDICAMENTOS	1.391	-

SEÇÃO IV - CONCLUSÕES

Diante do exposto no presente Relatório, pode-se concluir que a SR/DPF/CE atuou, no exercício de 2012, em consonância aos objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública federal, atingindo a finalidade propugnada pelos programas e ações de governo de sua incumbência.

RENATO CASARINI MUZI
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional
SR/DPF/CE

ANEXO I

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS SETORES E DELEGACIAS

1.Comunicação Institucional

A Seção de Comunicação Social das Superintendências Regionais do DPF, nos Estados da Federação, tem suas ações e orientações normatizadas por meio da Instrução Normativa nº 013/2008-DG/DPF, 30 de outubro de 2008.

Das atividades:

No decorrer do ano 2012, a Seção de Comunicação Social desta Projeção Regional, no que diz respeito à divulgação afetas à Polícia Federal, expediu e divulgou diversas notas e r*eleases* dirigidos aos meios de comunicação de abrangência local, regional e nacional, dentre as quais destacaram-se:

1- Polícia Federal apreende cerca de meia tonelada de maconha;

2- Assinatura do contrato da reforma da Sede da Polícia Federal no Estado do Ceará;

3- Polícia Federal apreende mais de 100kg de cocaína em Fortaleza;

4- Polícia Federal apreende 40 kg de maconha em Fortaleza;

5- Romeno é preso com cocaína no aeroporto de Fortaleza;

6- Polícia Federal prende quatro homens suspeitos de clonar cartões em Fortaleza

7- Mulher é presa por tentar fraudar a Caixa Econômica Federal;

8- Polícia Federal apreende 70kg de Maconha;

9- Operação Falácia no combate a crimes financeiros;

10- Polícia Federal apreende Cocaína em Aeroporto;

11- Polícia Federal prende homem com 11kg de cocaína;

12- Polícia Federal apreende maconha em Fortaleza;

13- Polícia Federal prende dois estrangeiros com 236 fósseis no Ceará;

14- Quatro pessoas são presas com mais de 200kg de maconha;

15- Polícia apreende 20kg de cocaína em Fortaleza;

16- Polícia Federal no Ceará realiza Curso de Interdição em Aeroportos;

17- Polícia Federal apreende mais de 44kg de cocaína;

18- Polícia Federal prende quadrilha especializada em furtos a caixas eletrônicos;

19- Três pessoas presas com mais de 25kg de cocaína em Fortaleza;

20- Polícia Federal deflagra Operação Minotauro contra tráfico ode entorpecentes;

21- Balanço da Operação Minotauro;

22-Polícia Federal incinera mais de 2,4 toneladas de drogas no Ceará;

23- Polícia Federal apreende ecstasy e haxixe no aeroporto de Fortaleza;

24- Cinco presos com mais de 20kg de cocaína;

25- PF desarticula quadrilha especializada em assalto a bancos no Ceará;

26- Operação Transparência prende 11 pessoas por fraude eleitoral;

27- Operação Carius: PF investiga políticos envolvidos em tráfico de drogas;

28- PF deflagra Operação Trairi Limpo 3 para combater crime eleitoral no Ceará;

29- Franceses presos em Fortaleza com cocaína.

Por oportuno, registre-se que, objetivando divulgar a missão das atividades desta Regional junto à sociedade, realizamos contatos com a imprensa local, a fim de fazer cumprir a política de comunicação social do Departamento de Polícia Federal.

Também registre-se que em todas as mídias, televisões, jornais e rádios, as notas, *releases* e entrevistas coletivas, coordenadas por esta Comunicação Social, foram publicadas regularmente no portal intranet.

Outras Atividades desenvolvidas:

A Seção de Comunicação Social desta Regional, no decorrer de 2012, planejou, organizou e executou uma série de atos solenes, cerimônias públicas e eventos informais direcionados aos servidores, visando aprimorar as inter-relações com o público interno, bem como aproximar a administração de seus servidores, tais como:

1- Solenidades de Hasteamento de Bandeiras, em meses alternados;

2- Festas de confraternização;

3- Divulgação das campanhas da Direção Geral;

4- Palestras com alunos universitários com os temas: “ Estrutura Administrativa do Departamento de Polícia Federal e sua Competência Institucional” e “Perícia Criminal Federal”;

5- Promoção dos eventos socioculturais voltados para os servidores, tais como: Dia Internacional da Mulher; Aniversário do DPF; Dia das Mães; Dia de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes; Dia Nacional de Combate às Drogas; Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças; Festa Junina; Dia dos Pais; Dia do Policial Federal; Natal e outros.

6- Recepção às autoridades e visitantes;

7- Manutenção do quadro geral de aviso;

Além das atividades suso mencionadas, a Seção Comunicação Social é responsável pelo gerenciamento e manutenção do portal intranet, levando ao público interno um layout com ênfase na divulgação das notícias, curiosidades, motivação profissional, dicas de saúde, história da Instituição, com arquivos e fotos que resgatam a história da Superintendência Regional da Policia Federal no Ceará, com a preservação da memória da nossa instituição.

Atendimentos e outros:

A Comunicação Social, no âmbito das atividades de relações públicas, objetivando estabelecer e manter o bom relacionamento entre os servidores e administração, e ainda com a sociedade, efetivou vários atendimentos:

1- Atendimento frequente a profissionais da imprensa local, seja por meio eletrônico, telefone e contato direto, e esporadicamente a outros profissionais de imprensa da mídia nacional e internacional.

2- Diariamente, necessário se faz abrir a caixa de e-mails recebidos por esta Comunicação Social, a fim de atendimento às demandas da imprensa e dos cidadãos que encaminham solicitações, reclamações e denúncias para o referido e-mail: cs.srce@dpf.gov.br. Lidos os e-mails, em conformidade com o assunto, são respondidos ou encaminhados para o setor competente para conhecimento e decisão.

3- Obrigatoriamente é feito o gerenciamento, produção e manutenção constante da comunicação interna, com foco no caráter informativo e interativo, no Portal de Intranet. Elaboração de textos dirigidos ao público interno, tais como: avisos, convocações, comunicados, notas à imprensa, eventos, solenidades, convites, informativos etc.

4-Manutenção de bancos de dados dos servidores desta Regional – aniversariantes do mês.

5- Publicações de Mensagens Circulares e outros expedientes no interesse da administração no Portal da Intranet.

6- Produção e atualização de cadastro (mailing list) dos parceiros, colaboradores e das autoridades dos poderes executivo, legislativo e judiciário .

7- Manutenção e atualização dos telefones e e-mails dos jornalistas locais;

Outrossim, informamos que além das atividades acima descritas, esta Seção de Comunicação Social presta apoio e assessoramento ao Gabinete, quando solicitado pelo Dirigente Regional.

Das Dificuldades e Carências:

Quanto às dificuldades encontradas na implementação das ações planejadas para o exercício de 2012, registre-se que elas decorreram basicamente por falta de recursos materiais, infraestrutura e do pouco efetivo. Assim, no decorrer do ano de 2012, a Seção de Comunicação Social teve seus trabalhos desenvolvidos por duas servidoras policiais federais. Consideramos necessária a contratação de um estagiário com formação na área de jornalismo, relações publicas ou comunicação social.

No que tange ao acervo patrimonial, em 2012, a Seção de Comunicação Social recebeu dois computadores, um gravador e duas máquinas digitais (não profissional).

Registramos a necessidade de aquisição dos seguintes materiais: 01 impressora a laser, 01 máquina fotográfica profissional, 01 filmadora, 01 fac-símile, 01 aparelho de televisão e 01 de dvd.

Em razão da reforma do edifício-sede a Comunicação Social está realizando seus trabalhos na sala destinada a Assistência Social , localizada no subsolo da Superintendência. Assim, a Seção necessita de instalações próprias para atendimento e realização de entrevistas coletivas à imprensa.

2.Gestão do Conhecimento

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO 2012-SR/DPF/CE

EVENTO	QUANTIDADE SERVIDORES	LOCAL
CURSO DE COLETA PRESERVAÇÃO E ENVIO DE MATERIAL BIOLÓGICO PARA EXAME DE DNA	1	NATAL/RN
VI SEMINÁRIO DE PERICIAS DE ENGENHARIA DA POLICIA FEDERAL	1	INC
3º ENCONTRO NACIONAL DE QUÍMICA FORENSE	4	RIBEIRAO PRETO
CONFERENCIA INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS FORENSES EM MULTIMÍDIA - IC MEDIA	2	INC
IX CONFERENCIA INTERNACIONAL DE PERICIAS EM CRIMES CIBERNÉTICOS E FORÚM TÉCNICO DE PERICIAS EM INFORMÁTICA - ICCYBER	1	INC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL CRIMES FINANCEIROS	3	INC
CURSO LÍNGUA PORTUGUESA	22	INC
PSICOLOGIA DE EMERGÊNCIA	1	EAD
METODOLOGIA GERENCIAMENTO DE PROJETO	12	EAD
PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE PÚBLICA	3	UCB
SISTEMA AFIS	5	EAD
REPRESENTAÇÃO FACIAL	5	EAD
ATUALIZAÇÃO EM DOCUMENTOSCOPIA	2	EAD

BOMBAS E EXPLOSIVOS	1	EAD
CONGRESSO ENCONTROS DE DELEGADOS	4	RIO DE JANEIRO
DESVIO DE VERBA	2	EAD
DESVIO DE RECURSOS PUBLICOS	2	EAD
CURSO DE INGLÊS	12	EAD
CURSO DE REDAÇÃO JORNALISTICA	2	BRASILI/DF
CURSO DE LIBRAS	2	Curso ÓTIMO

3. Núcleo de Inteligência Policial: NIP

O Núcleo de Inteligência Policial-NIP informa que em 2012 realizou investigações policiais relativas ao Inquérito Policial nº 1281 iniciado em outubro de 2011, conforme dados inseridos em tabela a seguir. Entre outras inúmeras atribuições, inerentes as atividades de Inteligência Policial foram desencadeadas Investigações Sociais de candidatos aprovados em concurso público para o DPF, em conformidade com a demanda da Academia Nacional de Polícia, da mesma forma quantificada em tabela logo a seguir:

IPL Nº1281/2011-NIP/SR/CE	Atendendo demanda do Ministério Público Federal foi desencadeado este procedimento com vistas a apurar a autoria e a materialidade do delito previsto no Art. 171 do CP, uma vez que teria ocorrido vazamento de questões da prova do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, por instituição de ensino particular desta Capital. O apuratório foi devidamente relatado sendo instruído no seu escopo com mais de 50 Mandados de Intimação.
INVESTIGAÇÕES SOCIAIS	Em atenção as demandas da Academia Nacional de Polícia através do seu Núcleo de Inteligência Policial foram realizadas a Investigação Social do quantitativo pertinente a 31 candidatos aprovados em concurso público do DPF.

Comparativo das atividades do NIP 2011/2012

ATIVIDADES do NIP	TOTAL ANO 2012	TOTAL ANO 2011
Prisão Preventiva	x.x	02
Prisão Temporária	x.x.	08
Mandados de busca	x.x.	28
Investigação Social	31	x.x.

4.Corregedoria Regional da Polícia Federal COR

Relatório de Procedimentos Disciplinares da SR/DPF/CE

Período

de 01 / 01 / 2012 a 31 / 12 / 2012

P R O C E D I M E N T O S I N S T A U R A D O S

Sindicância Investigativa 16 casos

Sindicâncias 1 caso

Processos Disciplinares 2 casos

Total de procedimentos instaurados 19 casos

P R O C E D I M E N T O S E M A N D A M E N T O

Sindicância Investigativa 4 casos

Sindicâncias 0 caso

Processos Disciplinares 1 caso

Total de procedimentos em andamento 5 casos

P R O C E D I M E N T O S E N C E R R A D O S (DECIDIDOS)

Sindicância Investigativa 15 casos

Sindicâncias 0 caso

Processos Disciplinares 6 casos

Total de procedimentos encerrados (decididos) 21 casos

RESULTADO DOS PROCEDIMENTOS ENCERRADOS (DECIDIDOS - Nº DE SERVIDORES)

Demissões 0 caso

Suspensões 3 casos

Advertências 0 caso

Cassação de aposentadorias 0 caso

Notas de culpa 0 caso

Absolvições 13 casos

Extinção de punibilidade (prescrição) 0 caso

Total de servidores 16 casos

D E C I S Õ E S R E V E R T I D A S

Reintegração administrativa 0 caso

Reintegração judicial 0 caso

Total de decisões revertidas 0 caso

E X P E D I E N T E S DE N A T U R E Z A D I S C I P L I N A R

Em análise 0 caso

Aguardando diligências 4 casos

Remetidas às corregedorias regionais 7 casos

Aguardando a instauração de PAD 0 caso

Aguardando a instauração de sindicância 0 caso

Arquivadas por falta de objeto 0 caso

Total de Expedientes 11 casos

5.Controle da Segurança Privada

RELATÓRIO ESTATÍSTICO DE 2012 DAS ATIVIDADES DA DELESP/SR/CE

RELATÓRIO	TOTAL
Autorização de empresas novas (R$ 1.952,52)	06
Alteração de atos constitutivos (R$ 187,28)	12
Autorização compra de armas e munição e material de recarga (R$ 187,28)	75
Revisão de autorização de funcionamento de empresa de segurança privada ou de segurança orgânica (R$1.064,10)	28
Vistorias das instalações de empresa de segurança privada ou seg.orgânica (Certificado de segurança R$ 468,20)	46
Autorização para compra de coletes	45
Autorização de mudança uniforme ou inclusão de novo uniforme (R$ 187,28	06
Encerramento de empresas autorizadas	-
Encerramento de empresas não autorizadas	-
Cadastramento GESP	16
Requerimento para expedição de carteira de vigilante	4354
Reciclagem/extensão de vigilantes	8360
Registro de certificado de formação de vigilantes	6004
Solicitação de vistoria de veículos de transporte de valores	103
Solicitação de renovação do certificado de vistoria de transporte de valores	113
Vistoria de veículos especiais de transporte de valores	107
Autorização para transporte de armas e munição (R$ 106,41)	514
Autos de infração*	62
Requerimento de vistoria de estabelecimentos financeiros por agência/posto	409
Requerimento de vistoria de estabelecimentos financeiros por agência/posto (1ª Portaria)	136
Fiscalização de estabelecimento financeiro por agência/posto	479
TOTAL ARRECADADO (APROXIMADAMENTE) EM R$	**1.029.433,93**

* Não é possível informarmos sobre os valores arrecadados com os Autos de Infração lavrados por esta Delesp, pois a aplicação da respectiva pena é definida pela CECASP/CGCSP e publicada no Diário Oficial da União.

–Foram realizados e executados 05 Planos Operacionais para fiscalização de agências bancárias no interior do Estado do Ceará. A quantidade de agências e outros procedimentos relativos a esta delegacia estão diluídos na planilha acima;

–As maiores dificuldades que enfrentamos para a execução dos trabalhos são : Efetivo insuficiente para a demanda da circunscrição desta Delesp (Atualmente contamos com 01 DPF, 01 EPF, 1 ADM e 06 APF's); Aumento do quantitativo de agências bancárias; Movimento Paredista deflagrado pelos APF's, EPF's e PPF's; Requisição de servidores desta Delesp para participar de operações e/ou apoio a outras Delegacias desta SR; Falta de recursos financeiros para pagamento de diárias, pois além das vistorias bancárias, faz-se necessário uma fiscalização rotineira para o combate de empresas clandestinas, de empresas regulares com filiais e ou postos de serviço espalhados pelo estado;

Em comparação com o ano de 2011, mesmo com toda as dificuldades, tivemos aumento em quase todos os indicativos verificados acima, inclusive no total da arrecadação, que superou em mais de R$ 200.000,00.

6. DELEMIG

ATIVIDADES DO ANO 2012

ASSUNTO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	SOMA
POLICIA JUDICIARIA OPERACIONAL	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	XX	
INQUERITOS **POLICIAIS** INSTAURADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	**01**
INQUERITO **EXPULSÃO** INSTAURADO	-	12	-	-	7	-	-	-	-	7	-	1	**27**
ESTRANGEIRO INDICIADO	12	-	3	2	6	-	-	-	6	10	-	4	**43**
BRASILEIRO INDICIADO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**-**
ORDEM DE MISSÃO	14	10	13	16	15	12	08	09	08	08	14	12	**139**
RELATÓRIO DE													

MISSÃO	09	10	04	07	08	06	02	01	06	06	14	12	**85**
MEDIDA COMPULSORIA E INFRAÇÃO	JAN XX	FEV XX	MAR XX	ABR XX	MAI XX	JUN XX	JUL XX	AGO XX	SET XX	OUT XX	NOV XX	DEZ XX	SOMA
ESTRANGEIRO NOTIFICADO	20	24	37	36	30	26	23	12	12	16	44	37	**317**
ESTRANGEIRO AUTUADO	119	130	166	119	107	109	134	114	119	77	151	160	**1505**
EMPRESA TRANSP. INTERNACIONAL AUTUADA	-	1		2	-	1	-	2	1	1	1	2	
MULTA RECOLHIDA PESSOA FISICA	78	89	71	65	60	45	66	71	51	40	84	76	**796**
MULTA RECOLHIDA PESSOA JURIDICA	-	1	2	-	1	-	-	1	-	-	-	-	**6**
REPATRIAÇÃO EFETIVADA	1	1	2	6	3	4	6	13	22	2	3	33	**96**
DEPORTAÇÃO EFETIVADA	1	5	-	1	-	5	1	4	-	1	1	4	**23**
EXPULSÃO EFETIVADA	3	2	7	-	2	1	1	-	5	5	4	5	**35**
EXTRADIÇÃO EFETIVADA	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	1	**3**
FISCALIZAÇÃO AEROPORTUÁRIA	JAN XX	FEV XX	MAR XX	ABR XX	MAI XX	JUN XX	JUL XX	AGO XX	SET XX	OUT XX	NOV XX	DEZ XX	SOMA
ENTRADA DE ESTRANGEIRO	20387	4556	4090	3151	2862	2848	4892	6184	4574	3408	8168	9484	**74604**
ENTRADA DE BRASILEIRO	4152	3448	2532	3121	3886	3254	5364	3569	3728	2269	2572	2904	**40799**
SAÍDA DE ESTRANGEIRO	7278	4948	7894	5604	1009	2448	4133	6770	4203	2815	6020	6111	**59233**
SAÍDA DE BRASILEIRO	3090	3266	3957	3799	4124	3499	4824	3598	4680	2212	2230	3883	**43162**
AUTORIZAÇÃO DE													

MENORES	173	174	142	105	78	270	345	298	173	56	47	312	**2173**
IMPEDIMENTO DE EMBARQUE	1	1	4	1	-	3	-	1	-	-	2	1	**14**
IMPEDIMENTO DE DESEMBARQUE	1	1	2	6	26	70	67	10	14	44	20	33	**294**
DESEMBARQUE CONDICIONAL	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	**2**
AERONAVES ENTRADA E SAÍDA	103	119	108	91	108	76	105	115	102	64	106	112	**1209**
IATES E VELEIROS ENTRADA E SAÍDA	8	7	16	9	-	3	3	-	-	3	4	4	**53**
EMBARCAÇÃO FISCALIZADA	56	43	41	45	108	35	39	147	172	170	163	167	**1186**
ARMAS ENTREGUE OU CONDUZIDA	370	336	301	326	330	371	265	296	266	182	358	287	**3638**
DOC. VIAGEM BRAS. APREENDIDO	10	6	10	10	22	17	15	11	27	4	12	14	**158**
TRANSLADO DE CADÁVER	1	2	5	2	1	-	1	3	2	-	0	3	**20**
CONTROLE E REGISTRO ESTRANGEIRO	JAN XX	FEV XX	MAR XX	ABR XX	MAI XX	JUN XX	JUL XX	AGO XX	SET XX	OUT XX	NOV XX	DEZ XX	SOMA
REGISTRO DE ESTRANGEIRO	88	142	222	182	111	155	108	157	195	238	180	178	**1956**
RESTABELECIMENTO ESTRANGEIRO	11	28	72	24	12	14	17	3	1	14	13	9	**218**
RECADASTRAMENTO ESTRANGEIRO	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	0	-	**2**
TRANSFORMAÇÃO DE VISTO	3	2	6	7	3	2	6	3	9	6	15	4	**66**
PRORROGAÇÃO TURISTA/TEMPORÁRIO	141	123	91	89	97	81	158	122	64	75	96	90	**1227**
EXPEDIÇÃO DE CARTEIRA	235	228	364	235	211	234	214	219	254	320	267	269	**3050**

PROCESSO DE PERMANENCIA	39	23	35	32	41	31	28	21	19	55	42	60	**426**
PROCESSO NATURALIZAÇÃO	-	1	-	-	2	2	-	1	3	-	2	1	**14**
ANISTIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IGUADADE DE DIREITOS	3	1	-	-	-	-	-	2	2	2	2	-	**12**
PROCESSO DE ASILO OU REFUGIO	-	1	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	**5**
PROC.RETIFICAÇÃO ASSENTAMENTOS	1	-	-	1	-	1	-	-	-	1	-	-	**4**
REPUBLICAÇÃO. DESPACHO DESARQUVAMENTO	-	-	-	1	2	1	3	-	2	12	7	1	**29**
CANCELAMENTO REGISTRO	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**2**
ATUALIZAÇÃO DE ENDEREÇO	1	45	56	21	38	32	50	21	12	34	54	29	**393**
VIAGEM EMISSÃO DE PASSAPORTE	JAN XX	FEV XX	MAR XX	ABR XX	MAI XX	JUN XX	JUL XX	AGO XX	SET XX	OUT XX	NOV XX	DEZ XX	**SOMA**
PASSAPORTE ICAO **COMUM**	3855	3116	3733	2859	3079	2730	2874	1885	2004	3230	2676	2130	**34171**
PASSAPORTE ICAO **URGENTE**	15	16	118	16	15	16	13	5	8	16	8	91	**337**
PASSAPORTE DE **EMERGENCIA NÃO** ICAO	2	3	12	4	3	1	1	2	3	4	1	9	**45**
PASSAPORTE PARA ESTRANGEIRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
LAISSEZ-PASSER	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	**2**
TAXAS													

ARRECADADAS	**R$ 6.760.766,20**
MULTA ARRECADADAS	**R$ 439.847,40**
TOTAL GERAL	**R$ 7.200.613,60**

9. **NUCLEO DE INDENTIFICAÇÃO - NID**

Quantidade de PPFs lotados na Unidade: 07 PPF's*

	Atividades	Quantidade
	Identificação	
	Identificação Criminal com Fotos	**192**
	Identificação de Estrangeiros	**1.570**
	Perícias Papiloscópicas	
1	**Rrelatórios Técnicos (LAUDOS E INFORMAÇÕES)**	**24****
	SINIC - sistema Nacional de Informações Criminais	
	Pesquisas criminais	**6.760**
	Inclusão de dados no Sistema	**980**
	Alterações de Dados no Sistema	**1140**
	Expedição de Folhas de Antecedentes Criminais	**1050**
	AFIS - Sistema Automatico de Identificação de Digitais	
	lançamentos - pesquisas criminais	**1.750**
	Validações	**1580**
	Positivação - Identificados	**379**

10.Segurança de Portos e Aeroportos

Nesta Superintendência temos o NEPOM/DREX/SR/DPF/CE que durante o exercício de 2012 não houve operações policiais com a utilização das embarcações, tendo em vista que as mesmas estavam sem funcionar, sem contrato de manutenção.

11.DRCOR

QUADRO DE GESTÃO – 2012

01 – Trâmite de IPL's na Regional – 3.538

02 – IPL's Instaurados na Regional – 1.450

03 – IPL'S Relatados na Regional – 1.072

04 – Relação de IPL's Relatados/Instaurados na Regional – 73,93%

OPERAÇÕES DE DESTAQUE REALIZADAS

NOME	DELEGACIA	RESUMO
MINOTAURO	DRE	Tráfico Interestadual
CORUMBATU	DRE	Tráfico Internacional
DIRTYNET	DELINST	Pornografia Infanto/Juvenil pela Internet
TRANSPARENCIA	DELINST	Crimes Eleitorais
TRAIRI LIMPO II	DELINST	Crimes Eleitorais
ANZOL	DELINST	Crimes Eleitorais
LIMOEIRO DO NORTE	DELEPAT	Roubo na Agencia dos Correios do município de Limoeiro do Norte/CE
BEBERIBE	DELEPAT	Roubo de Cargas
VARJOTA	DELEPAT	Roubo na Agencia dos Correios do município de Varjota/CE

MINOS	DELEPAT	Ameaça a Autoridade Judiciária Federal
CRUZ	DELEPAT	Roubo na Agencia dos Correios do município de Cruz/CE
COIOTE	DELEPAT	Assalto a Bancos

12. Núcleo de Cartório – NUCART:

DAS ATIVIDADES

O NUCART interage de forma contínua com os órgãos da Justiça (Federal e Estadual) e Ministério Público, no atendimento às demandas de inquéritos policiais e demais procedimentos criminais diversos em curso nesta Polícia Federal.

No exercício referente ao ano de 2012 este núcleo desempenhou a tramitação constante dos IPL´s baixados com dilação de prazo e/ou cota a cumprir, emitiu Certidão de Antecedentes Criminais além de autuar e conduzir Cartas Precatórias.

Ressalte-se que no ano em tela foram instaurados 1.450 inquéritos, totalizando 3.413 IPL´s (em andamento), 319 Cartas Precatórias, 17 termos circunstanciados e um número bastante significativo de emissão de certidão de antecedentes criminais.

OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O Cartório também é responsável pelo setor de depósito que atua no recebimento de bens e materiais apreendidos, executando um controle minucioso dos referidos bens em planilha, constantemente atualizada, organizando anualmente a incineração de drogas.

Realizamos ainda neste núcleo o arquivamento de dossiês e a elaboração de escala mensal dos escrivães para o sobreaviso, além do controle, atualização e acompanhamento do SISCART.

ATENDIMENTO E OUTROS

No tocante atendimento ao público o NUCART mantemos um servidor exclusivo para o atendimento aos pedidos de Certidões de Antecedentes Criminais, que emite em média 50 certidões/dia, perfazendo um total de 1.000 (mil) certidões/mês.

DAS DIFICULDADES E CARÊNCIAS

O NUCART/SR/DPF/CE carece de uma melhor infra-estrutura, pois o espaço físico para o desenvolvimento de seus trabalhos é exíguo e desenvolve no mesmo espaço físico, o recebimento de bens e materiais apreendidos antes do encaminhamento ao depósitos além do recebimento de documentos destinados ao arquivo de dossiês.

O Cartório atualmente conta com a lotação de 4 escrivães e 1 servidor administrativo, além de dois estagiários que se revezam nos turnos manhã e tarde.

13. Delegacia de Repressão a Drogas – DRE:
Administrativamente, a DRE está subordinada à Delegacia Regional de Investigação e Combate ao Crime Organizado, a qual está subordinada diretamente ao Superintendente Regional.

II. AÇÕES RELATIVAS A ATIVIDADES FIM PLANEJADAS E EXECUTADAS

1. Andamento e produtividade de inquéritos policiais.

Conforme registro no SISCART foram instaurados **65** inquéritos relativos às atribuições desta DRE no ano de 2012, tendo sido relatados **45**.

2. Operações Policiais de destaque.

Foram executadas as seguintes operações:

Nome	Inquérito	Objeto	Data	Nº de presos e/ou indiciados	Drogas apreendidas	Bens e valores apreendidos
Minotauro	37/2009	Tráfico Interestadual	15/06/2012	30 MP, sendo 7 não cumpridos		R$40.000,00
Corumbatu	1617/2006	Tráfico Internacional	21/02/2012	21 MP, sendo 18 cumpridos.	60kg	

COMPARATIVO COM AS AÇÕES EXECUTADAS EM 2011

	2011	**2012**
Quantidade de operações	**57**	**45**
Numero de presos e/ou indiciados	85	88
Quantidade de droga apreendidas	**Maconha: 528.686,02 (g)** **Cocaína: 804.603,00 (g)** **Ectasy: 77.922 (u)** **Haxixe: 1.893,00 (g)** **Skank: 107,82 (g)** **LSD: 16.500 (pontos)** **MDMA: 0**	**Maconha:** 814.006,77 (g) **Cocaína:**727.738,94 (g) **Ectasy:** 22.787 (u) **Haxixe:**114,72 (g) **Skank: 0** **LSD: 0** **MDMA:** 2.694,90 (g)
Valores apreendidos **Real:**	R$751.994,40	R$2.775.390,60

Dólar: **Euro:** **Bolivares:**	US$360,00 2.770,00 € 	US$ 850,00 13.975,00 € 1.000,00 Bs
Veículos apreendidos	21	37
Outros bens móveis apreendidos	102	199
Imóveis sequetrados	NENHUM	NENHUM

IV. DIFICULDADES DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES PLANEJADAS

Dentre outras dificuldades para implementação das metas almejadas podemos apontar: problemas de saúde do chefe e consequente mudança de chefia, falta de instalações físicas adequadas às necessidades do serviço e falta de recursos para pagamento de bens e serviços necessários ao bom desenvolvimento das atividades policiais.

V. MEDIDAS ADOTADAS PARA SUA SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES

Lotação de policiais com interesse na área,

14. Delegacia de Defesa Institucional – DELINST:

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	QTDE	RESULTADO
Segurança de dignitários	Estado do Ceará	Prestar Segurança a autoridades	11	Positivo
Apoio a Justiça Federal, INCRA, FUNAI, IBAMA, DRT	Estado do Ceará	Dar apoio policial aos órgãos do governo Federal	2	Positivo
Apoio a outras Delegacias em operações policiais	Estado do Ceará	Dar apoio a outras Delegacias em missões policiais diversas	-	Positivo
Eleições Suplementares	Estado do Ceará	Prestar apoio policial ao TER na realização de eleições - 2012	-	Positivo
Eleições 2012	Estado do Ceará	Realização do Plano Operacional das Eleições – 2012 e efetivação do mesmo	-	Positivo
Prisões Preventivas	Estado do Ceará		0	-
Prisões Temporárias	Estado do Ceará		0	-
Mandados de Busca	Estado do Ceará		5	Positivo
Ordens de Missão	Estado do Ceará	Cumprir as solicitações advindas da Chefia da Delegacia	111	Positivo

A delegacia de defesa institucional teve larga atuação na esfera policial agindo entre outros :
l-Nos conflitos indígenas,
2-Nas seguranças de diginitarios no estado e a outros que visitam nosso estado ,

3-Investigações sobre pedofilia;
4-No apoio policial, quando solicitado, por outros orgãos do governo federal;
5-Realização de várias diligencias policiais em conjunto com outras delegacias;
6-Trabalho escravo;
7-Diligencias no interior para instrução de inquérito policial.
8-Eleições - 2012
9-Participação nas operações permanentes nacionais.

15. Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros e Desvios de Recursos Públicos – DELEFIN

PRISÕES E MANDADOS DE BUSCA

	2011	2012
Prisão Preventiva	-	-
Prisão Temporária	**11**	-
Mandados de Busca	**29**	**08**

OPERAÇÕES REALIZADAS

Operações Realizadas	RESUMO
Operação EMBUSTE	Deflagrada no dia 06/08/2012, teve por objetivo dar cumprimento a 05 mandados de busca e apreensão expedidos pelo Juízo da 11ª Vara Federal nos Processos de nº (s) 0002953-85.2012.4.05.8100 e 0006157-40.2012.4.05.8100 até então vinculados à investigação desenvolvida no âmbito do Ministério Público Federal referente à prática de crimes financeiros praticados através de empresas integrantes do Grupo Econômico Oboé. Atualmente em razão de tais fatos tramitam na DELEFIN os Inquéritos 909/12, 1065/12 e 1066/12.

APREENSÕES

Produto	2011	2012
Documentos	Vários	Vários
Obras de arte	-	89
Computadores	Vários	08
Numerário	R$ 86.550,00	-

16. Setor Técnico Científico - SETEC

Readequação da Secretaria

Atualmente estão lotados no SETEC/CE, realizando funções administrativas na Secretaria, a AADM CRISTIANE LORENA DE CASTRO PEIXOTO e o APF FRANCISCO MAIA DE OLIVEIRA, portanto a Sala da Secretaria necessita ser readequada para acomodar os dois (02) servidores, principalmente com mesas, cadeiras, armário e microcomputadores. A readequação diminuiria o espaço destinado a Sala de Reunião, com a colocação de divisória e uma porta.

Casa de Gases

Tendo em vista que a Casa de Gases se encontra desativada por conta da reforma do prédio da SR/DPF/CE, está prejudicando as análises químicas em produtos farmacêuticos e medicamentos, sendo as amostras encaminhadas para exames no INC/DF, haja vista o cromatógrafo se encontrar também desativado, em razão da ausência dos gases. Há necessidade urgente da reconstrução da Casa de Gases para alimentar o cromatógrafo instalado no laboratório de análise físico química do SETEC/CE e não prejudicar o seu funcionamento, em razão de estar um longo período parado.

Estagiários

O SETEC/CE necessita de estagiários nas áreas de Perícias Contábeis e Financeira (1), na área de Informática (1), na área de Engenharia Legal (1) e na área de Registros de Áudio e Imagens (1), para auxiliar na digitação de planilhas, transcrição de áudio, etc.

Microcomputadores

Os microcomputadores atualmente existentes no SETEC/CE, estão desatualizados, sendo necessário a aquisição urgente de trinta (30) microcomputadores.

Impressoras

Os Peritos lotados no SETEC/CE, estão acomodados em seis (06) salas e em apenas uma (01) existe impressora. Com a finalidade de permitir uma maior celeridade na produção de Laudos, o ideal seria instalar uma impressora em cada sala, pois atualmente são disponibilizadas apenas duas (02) impressoras para vinte e oito (28) servidores, o que ocasiona uma morosidade no atendimento.

Dificuldades na área 1 (Grupo de Perícias Contábeis e Financeira)

1) Quase a totalidade dos exames na área 1 (contábil-financeira), inclusive na triagem preliminar do material recebido, demanda análise de expressiva quantidade de documentos e realização de exames complexos e demorados.

2) Documentação enviada insuficiente para atender a solicitação, ocasionando exaustiva análise do material e posterior devolução, sem que haja a elaboração de Laudo.

3) Frequentemente é encaminhada demanda de perícia sem elaboração de quesitos ou com quesitos genéricos do tipo “há alguma irregularidade na documentação apresentada?” ou “averiguar a regularidade das contas do FUNDEB no município XXX no ano 2XXX”. Esse fato ocorre, principalmente, quando há prestação de contas relacionada a processo licitatório ou em relatórios do TCU ou CGU e não está explícito o fato específico que deve ser examinado.

4) Quesitos voltados aos aspectos legais do tipo “há ocorrência de crime?” ou “há indícios de ocorrência do crime de lavagem de dinheiro?”. Este tipo de quesitação não envolve aspectos técnicos e não deve, portanto, ser respondido pelo perito e sim pelo condutor do inquérito.

5) Envio fragmentado à perícia do material encaminhado pelas instituições financeiras (extratos, cópias de documentos, etc), ocorrendo por parte do condutor do inquérito, frequentemente, o encaminhamento dos extratos de um determinado Banco após a elaboração do Laudo inicialmente solicitado, ocasionando Laudo complementar com a mesma complexidade do primeiro, duplicando o trabalho para atender a demanda.

6) Poucos Peritos na área para atender a demanda de laudos contábil-financeiros e estes ainda têm que atender demandas de perícias em outras áreas (exames de local, teste preliminar de drogas, etc). Recentemente foi removido o PCF MARCELO DA SILVA CRISTINO para o INC/DITEC/DPF.

Dificuldades na área 7 (Grupo de Perícias de Engenharia Legal)

1) Quase a totalidade dos exames na área 1 (contábil-financeira), inclusive na triagem preliminar do material recebido, demanda análise de expressiva quantidade de documentos e realização de exames complexos e demorados.

2) Documentação enviada insuficiente para atender a solicitação, ocasionando exaustiva análise do material e posterior devolução, sem que haja a elaboração de Laudo.

3) Frequentemente é encaminhada demanda de perícia sem elaboração de quesitos ou com quesitos genéricos do tipo “há alguma irregularidade na obra?” ou “atestar as irregularidades apontadas pelo TCU”. Esse fato ocorre, principalmente, quando há prestação de contas relacionada a processo licitatório ou em relatórios do TCU ou CGU e não está explícito o fato específico que deve ser

4) Grande numero de pendências (35, atualmente) e poucos Peritos (apenas 2) efetivamente elaborando Laudos de Engenharia. O prazo de atendimento dessas pendências (todas as 35) é de 18 meses. Esse é sem dúvida o maior problema atual, que acarreta demora no atendimento. Vale ressaltar que já houve 4 PCF´s da área de Engenharia Civil lotados neste SETEC.

5) Ausência de estagiário para ajudar na elaboração de tabelas e outros serviços auxiliares a confecção do Laudo.

6) Algumas demandas são extremamente trabalhosas e dependem muitas vezes de exames laboratoriais que não são realizados no DPF. São os casos das demandas de casos do DNIT.

Quadro 1. Produção de laudos do SETEC/CE no ano de 2012 (período de 01/01 a 31/12/2012).

Área de exame	**Solicitante**	**Unidade de registro da solicitação**	**Quantidade**
Perícias Contábeis e Financeiras	DELEFAZ/CE	SETEC/SR/DPF/CE	14
Perícias Contábeis e Financeiras	DRCOR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias Contábeis e Financeiras	DRE/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias Contábeis e Financeiras	SR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	23

Área de exame	Solicitante	Unidade de registro da solicitação	Quantidade
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	DELEAQ/CE	SETEC/SR/DPF/CE	8
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	DELEARM/CE	SETEC/SR/DPF/CE	6
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	DELEFAZ/CE	SETEC/SR/DPF/CE	7
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	DELEPAT/CE	SETEC/SR/DPF/CE	2
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	DELEPREV/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	DELESP/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	DRE/CE	SETEC/SR/DPF/CE	6
Perícias de Balística e Caracterização Física de Materiais	SR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	13
Perícias de Engenharia	DELEFAZ/CE	SETEC/SR/DPF/CE	10
Perícias de Engenharia	DPF/JNE	SETEC/SR/DPF/CE	2
Perícias de Engenharia	DPF/JNE	UTEC/DPF/JNE/CE	8
Perícias de Engenharia	DREX/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Engenharia	SELOG/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Engenharia	SR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Informática	COR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	2
Perícias de Informática	DELEFAZ/CE	SETEC/SR/DPF/CE	96
Perícias de Informática	DELEFAZ/SP	SETEC/SR/DPF/SP	3
Perícias de Informática	DELEFIN/PB	SETEC/SR/DPF/PB	9
Perícias de Informática	DELEMAPH/CE	SETEC/SR/DPF/CE	5

Área de exame	Solicitante	Unidade de registro da solicitação	Quantidade
Perícias de Informática	DELEMIG/CE	SETEC/SR/DPF/CE	8
Perícias de Informática	DELEPAT/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Informática	DELEPREV/SP	SETEC/SR/DPF/SP	1
Perícias de Informática	DELINST/CE	SETEC/SR/DPF/CE	2
Perícias de Informática	DPF/MBA	UTEC/DPF/MBA/PA	9
Perícias de Informática	DRE/CE	SETEC/SR/DPF/CE	4
Perícias de Informática	DRE/SP	SETEC/SR/DPF/SP	2
Perícias de Informática	JUSTIÇA ESTADUAL	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Informática	NIP/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Informática	NUCART/PA	SETEC/SR/DPF/PA	3
Perícias de Informática	NUDIS/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Informática	SR/AL	SETEC/SR/DPF/AL	24
Perícias de Informática	SR/BA	SETEC/SR/DPF/BA	9
Perícias de Informática	SR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	74
Perícias de Informática	SR/MT	SETEC/SR/DPF/MT	13
Perícias de Informática	SSP-CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Informática	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL	SETEC/SR/DPF/CE	3
Perícias de Local	BASE AÉREA DE FORTALEZA	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Local	COR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	3
Perícias de Local	CORREIOS	SETEC/SR/DPF/CE	6
Perícias de Local	DELEFAZ/CE	SETEC/SR/DPF/CE	3
Perícias de Local	DELINST/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Local	DNIT	SETEC/SR/DPF/CE	5
Perícias de Local	DRE/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Local	NUDIS/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Local	outros	SETEC/SR/DPF/CE	1

Área de exame	Solicitante	Unidade de registro da solicitação	Quantidade
Perícias de Local	PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Local	SR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	10
Perícias de Local	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Medicina e Odontologia Forense	DPF/UDI	DITEC/DPF	1
Perícias de Medicina e Odontologia Forense	NO/CE	SETEC/SR/DPF/CE	2
Perícias de Medicina e Odontologia Forense	SR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	19
Perícias de Meio Ambiente	DELEMAPH/CE	SETEC/SR/DPF/CE	8
Perícias de Meio Ambiente	DPF/JNE	UTEC/DPF/JNE/CE	1
Perícias de Meio Ambiente	SR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	9
Perícias de Química Forense	BASE AÉREA DE FORTALEZA	SETEC/SR/DPF/CE	3
Perícias de Química Forense	COR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Química Forense	DELEFAZ/CE	SETEC/SR/DPF/CE	42
Perícias de Química Forense	DELEPAT/CE	SETEC/SR/DPF/CE	6
Perícias de Química Forense	DELESP/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Química Forense	DPF/JNE	UTEC/DPF/JNE/CE	19
Perícias de Química Forense	DRE/CE	SETEC/SR/DPF/CE	32
Perícias de Química Forense	NUDIS/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Química Forense	SR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	152
Perícias de Química Forense	SSP-CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	10ª RM	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	71/ZE/TRE/CE	UTEC/DPF/JNE/CE	1
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	DELEFAZ/CE	SETEC/SR/DPF/CE	4
Perícias de Registros de	DELEPAT/CE	SETEC/SR/DPF/CE	5

Área de exame	Solicitante	Unidade de registro da solicitação	Quantidade
Áudio e Imagens			
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	DELINST/CE	SETEC/SR/DPF/CE	2
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	DPF/JNE	UTEC/DPF/JNE/CE	3
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	JE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	JUSTIÇA FEDERAL	SETEC/SR/DPF/CE	2
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	SR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	8
Perícias de Registros de Áudio e Imagens	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL	SETEC/SR/DPF/CE	2
Perícias de Veículos	COR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	2
Perícias de Veículos	DELEAQ/CE	SETEC/SR/DPF/CE	4
Perícias de Veículos	DELEFAZ/CE	SETEC/SR/DPF/CE	4
Perícias de Veículos	DRE/CE	SETEC/SR/DPF/CE	7
Perícias de Veículos	NUDIS/CE	SETEC/SR/DPF/CE	3
Perícias de Veículos	SR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	23
Perícias Documentoscópicas	5ª VARA FEDERAL DE FORTALEZA - CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias Documentoscópicas	COR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	17
Perícias Documentoscópicas	DELEAQ/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias Documentoscópicas	DELEFAZ/CE	SETEC/SR/DPF/CE	30
Perícias Documentoscópicas	DELEFIN/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias Documentoscópicas	DELEMIG/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias Documentoscópicas	DELEPREV/CE	SETEC/SR/DPF/CE	2
Perícias Documentoscópicas	DPF/JNE	UTEC/DPF/JNE/CE	1
Perícias Documentoscópicas	DRCOR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias Documentoscópicas	DRE/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias Documentoscópicas	Exército Brasileiro	SETEC/SR/DPF/CE	1

Área de exame	Solicitante	Unidade de registro da solicitação	Quantidade
Perícias Documentoscópicas	JUSTIÇA FEDERAL	SETEC/SR/DPF/CE	3
Perícias Documentoscópicas	MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias Documentoscópicas	NUDIS/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias Documentoscópicas	SR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	46
Perícias Documentoscópicas	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias Eletroeletrônicas	DELEFAZ/CE	SETEC/SR/DPF/CE	8
Perícias Eletroeletrônicas	DELEPAT/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias Eletroeletrônicas	DPF/JNE	UTEC/DPF/JNE/CE	1
Perícias Eletroeletrônicas	SR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	11
Perícias Merceológicas	COR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias Merceológicas	DELEFAZ/CE	SETEC/SR/DPF/CE	18
Perícias Merceológicas	DELEFIN/CE	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias Merceológicas	JUSTIÇA FEDERAL	SETEC/SR/DPF/CE	1
Perícias Merceológicas	SR/CE	SETEC/SR/DPF/CE	28
TOTAL			961

Fonte: Sistema de Criminalística (forma de contabilização fechamento da pendência)

Quadro 2. Documentos Técnicos Emitidos

2008		2009		2010		2011		2012	
Laudos	Inf. Téc.	Laudos	Inf. Téc.	Laudos	Inf. Téc.	Laudos	Inf. Téc.	Laudos	Inf. Téc.
895	0	1075	173	1205	252	1200	204	961	181

Análise Crítica

O Grupo de Perícias na Área de Informática necessita de novos microcomputadores, haja vista os atuais estarem obsoletos. Aquisição de novos armários com prateleiras para acondicionar o material a ser examinado, possibilitando a identificação inequívoca de cada um. Lotação de estagiários nas seguintes áreas: secretaria (1), informática (1), engenharia (1), registro de áudio e imagem (1). Viatura personalizada para o Grupo de Bombas e Explosivos – GBE. Readequação da sala dos peritos da área de informática para a sala atualmente ocupada pelo Grupo de Identificação, subordinado ao DREX/SR/DPF/CE, possibilitando, dessa forma, a criação de uma sala de depósito para contraprovas no SETEC/CE, objetivando se adequar a cadeia de custódia.